LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 038/2021 – CSL/EMSERH

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9.367/2021 – EMSERH

OBJETO: **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de saúde, para atender a demanda dos seguintes hospitais: Hospital Regional de Lago da Pedra, Hospital de Caxias – Dr. Everaldo Ferreira Aragão, Hospital Regional de Timon – Alarico Nunes Pacheco e Hospital Regional de Santa Luzia do Paruá.**

EMPRESA PÚBLICA LICITANTE: EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EMSERH.

DATA E HORÁRIOS

Acolhimento das Propostas: Até 05/03/2021, às 08h45min.

Abertura das Propostas: 05/03/2021, às 08H45min.

Disputa: 05/03/2021, às 09h00min, horário de Brasília-DF.

Endereço: www.licitacoes-e.com.br

Licitação n° [856111]

AGENTE DE LICITAÇÃO: IGOR MANOEL SOUSA ROCHA

EQUIPE DE APOIO: PATRÍCIA PINHEIRO RIBEIRO

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 038/2021 – CSL/EMSERH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9.367/2021 - EMSERH

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREÂMBULO

A **Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares**, neste ato designada **EMSERH**, através do Agente de Licitação que este subscreve, designado pela ***Portaria nº 024, datada e publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão em 20 de janeiro de 2021***, torna público para conhecimento dos interessados que realizará **LICITAÇÃO ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, sob o modo de Disputa Aberto, tendo em vista do que consta **do Processo Administrativo nº 9.367/2021-EMSERH**, conforme descrito neste Edital e seus anexos.

A licitação reger-se-á pelas disposições do **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH**, disponível em **"www.emserh.ma.gov.br"**, da **Lei Estadual nº 9.529, de 23 de novembro de 2011**, da **Lei Estadual n° 10.403 de 29 de dezembro de 2015**, aplicando subsidiariamente a **Lei Federal n° 13.303, de 30 de junho de 2016** e **Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.**

A licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo necessário que as licitantes interessadas providenciem previamente o credenciamento junto ao **Banco do Brasil**, conforme orientações no **item 6** do Edital, por meio do site **www.licitacoes-e.com.br** para obtenção da chave de identificação e de senha.

O Edital e seus anexos, bem como o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH encontram-se disponíveis no site da EMSERH **"www.emserh.ma.gov.br"**.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente Licitação Eletrônica tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de saúde, para atender a demanda dos seguintes hospitais: Hospital Regional de Lago da Pedra, Hospital de Caxias – Dr. Everaldo Ferreira Aragão, Hospital Regional de Timon – Alarico Nunes Pacheco e Hospital Regional de Santa Luzia do Paruá,** conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos

1.2. Em caso de discordância entre as quantidades, unidade de fornecimento e especificações dos itens descritas no Termo de Referência e Proposta de Preços (Anexo I e Anexo II) deste edital e as constantes no sistema **Licitações-e**, prevalecerão as descritas no Termo de Referência e Proposta de Preços (Anexo I e Anexo II) deste edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

1.3. O valor total estimado para esta licitação é de **R$ 6.097.575,00 (seis milhões, noventa e sete mil, quinhentos e setenta e cinco reais),** conforme Modelo de Proposta de Preços, **ANEXO II** deste Edital, sendo previsto para os lotes os seguintes valores:

ITEM	VALOR ESTIMADO
1 (**ampla concorrência)**	**R$ 1.560.375,00**
2 (**ampla concorrência**)	**R$ 1.560.375,00**
3 (**ampla concorrência)**	**R$ 1.416.450,00**
4 (**ampla concorrência)**	**R$ 1.560.375,00**
VALOR TOTAL:	**R$ 6.097.575,00**

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Unidade Orçamentária	21202
Unidade	EMSERH
Despesa	4-3-02-02-55 (Serviços Médicos – Cirurgias Gerais)

3. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

3.1. Os licitantes devem ater-se à fiel observância dos procedimentos estabelecidos neste Edital, podendo qualquer interessado acompanhar seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos**.**

3.2. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato, independentemente de sua transcrição.

3.3. As exigências previstas no Termo de Referência (Anexo I) e seus anexos, **não elencadas** no **item 7.10** para a **ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS**, e no **item 12** para a **HABILITAÇÃO DO LICITANTE**, deste Edital, não serão levadas a efeito para fins de licitação, sendo exigido o seu cumprimento como condição para assinatura do contrato.

3.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Licitação em contrário.

3.5. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas e dos documentos de habilitação.

3.6. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da

ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade, a celeridade do procedimento e a segurança da contratação.

3.7. Este Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados na página **www.emserh.ma.gov.br** ou na sede da **Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH**, situada na Avenida Borborema, quadra 16, nº 25, bairro Calhau, São Luís/MA, de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00min às 11h00min e 14h00min às 17h00min., onde poderão ser consultados gratuitamente.

3.8. Ao adquirir cópia do Edital, o interessado deverá cadastrar o nome da empresa, nº CNPJ, endereço em que receberá notificação, telefone, e-mail e celular, se houver, nome do responsável da empresa, e ainda comunicar qualquer mudança posterior, sob pena de reputar-se válida a notificação encaminhada ao endereço fornecido.

3.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na **EMSERH**.

3.10. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da **Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001**, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

3.11. Os licitantes que desejarem obter cópia dos documentos juntados aos autos, bem como vistas, deverão solicitar pessoalmente, junto à Ouvidoria da EMSERH, ou eletronicamente, através do sítio **www.acessoainformacao.ma.gov.br**.

3.12. **É facultado ao Agente de Licitação:**

a) É facultada ao Agente de Licitação ou Autoridade Competente da EMSERH, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente no envelope contendo a proposta ou envelope contendo a documentação, salvo os documentos ou informações de caráter elucidativo ou esclarecedores dos constantes do processo.

b) No julgamento da Proposta e da Documentação de Habilitação sanar erros ou falhas que não alterem a substância da Proposta, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados.

c) Relevar omissões puramente formais observadas na Documentação e na Proposta, desde que não contrariem a legislação e não comprometam a lisura da licitação.

d) Negociar em qualquer momento da Licitação os preços e condições da

Proposta, visando aumentar as vantagens em favor da **EMSERH**, não podendo, porém, alterar o objeto ou condições de classificação e habilitação.

e) Delegar aos membros da Equipe de Apoio atribuições pertinentes ao processo.

f) Suspender os trabalhos da Sessão Pública para análise de documentos, realização de diligências e julgamento das propostas.

g) Adiar a Sessão Pública de abertura do certame por razões administrativas e ainda modificar o Edital, hipótese em que deverá proceder a divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da Proposta.

h) Em qualquer fase da licitação, adiar sessões, assim como suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos trabalhos em Ata circunstanciada da Sessão.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação os interessados que:

4.1.1. Tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam a todas as exigências quanto à documentação e requisitos de classificação das propostas, constantes deste Edital e seus Anexos.

4.1.2. Estejam devidamente credenciados no Sistema **Licitações-e** do Banco do Brasil;

4.1.2.1. O Banco do Brasil atuará como provedor do sistema eletrônico;

4.1.3. Como requisito para participarem da Licitação Eletrônica, **em campo próprio do sistema eletrônico, manifestem o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital**;

4.1.3.1. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo a CSL/EMSERH, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante, no Sistema Eletrônico, bem como não se responsabilizará por eventual desconexão;

4.2. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela EMSERH a empresa que se enquadrar em uma das hipóteses previstas no **art. 8º do RILC/EMSERH**.

4.3. Os interessados em participar das contratações devem se comprometer com os padrões éticos aceitos pela Instituição nos termos do Código de Conduta e Integridade da EMSERH divulgado por meio do seu sítio eletrônico.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

5.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar ou solicitar esclarecimentos ao Edital de licitação, por irregularidade, protocolizando o pedido até **05 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da licitação, devendo a EMSERH julgar e responder à impugnação, em até **03 (três) dias úteis antes da realização da sessão**.

5.1.1. A impugnação ou solicitação de esclarecimento poderão ser apresentadas na Sala da Comissão Setorial de Licitação - CSL da **EMSERH** ou enviadas por e-mail (**csl@emserh.ma.gov.br** e/ou **igor.rochacsl@gmail.com**), em dias úteis e das 08h00min às 12h00min e 14h00min às 18h00min.

5.2. Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos nos termos do Edital de licitação perante a EMSERH, o licitante que não o fizer até o 5º (quinto) dia útil que anteceder a abertura da licitação, apontando as falhas ou irregularidades que viciariam esse Edital, hipótese em que a comunicação não terá efeito de recurso.

5.3. A interposição de impugnação ou de pedido de esclarecimentos não impedirá a licitante de participar do processo licitatório.

5.4. Havendo qualquer modificação no Edital decorrente de acolhimento de Impugnação ou não, que afete substancialmente a formulação das Propostas, a sessão de abertura do certame será suspensa e designada nova data para a realização do certame, com fixação do prazo igual ou maior ao inicialmente estabelecido.

5.5. Os prazos para impugnação e pedido de esclarecimento determinados neste Edital são decadenciais, portanto se formulados fora dos prazos estabelecidos serão considerados intempestivos.

5.6. As eventuais alterações aos termos do Edital serão disponibilizadas nas páginas **"www.emserh.ma.gov.br"** e **"www.licitacoes-e.com.br"** e na sede da **EMSERH**.

5.6.1. Ao acessar o Edital no site da **EMSERH** ou no sistema **Licitações-e**, o interessado estará ciente da necessidade de acompanhamento, nas páginas **www.emserh.ma.gov.br** e/ou **www.licitacoes-e.com.br**, de eventuais alterações, notificações e comunicações.

5.7. O Agente de Licitação, para resposta às impugnações formuladas ou aos pedidos de esclarecimentos recebidos, poderá auxiliar-se do apoio do setor responsável pela elaboração do Termo de Referência e ainda pela Assessoria Jurídica da **EMSERH**.

5.8. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre interessados e o Agente de Licitação, sua Equipe de Apoio e demais servidores da **CSL/EMSERH**.

6. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

6.1. Para participar da Licitação Eletrônica, o licitante deverá fazer sua adesão e cadastrar seu(s) representante(s) conforme segue:

6.1.1. Se o fornecedor é correntista do Banco deverá:

a) Dirigir-se à sua agência de relacionamento e solicitar seu registro no sistema;

b) Firmar termo de adesão ao regulamento; e

c) Nomear representante(s) (pessoa física), que será(ão) registrado(s) no sistema e reconhecido(s) como legítimo(s) para realizar(em) negócios em seu nome e sob sua responsabilidade (Termo de Nomeação de Representante). Nos casos em que ele(s) não seja(m) correntista(s) do Banco, deverá(ão) fornecer cópia autenticada em cartório ou cópia e original da identidade, do CPF e comprovante de residência.

6.1.2. Se o fornecedor não é correntista do Banco deverá:

a) Dirigir-se a qualquer agência do Banco e solicitar seu registro no sistema;

b) Fornecer cópia autenticada em cartório ou original e cópia do Contrato Social, do CNPJ e dos documentos pessoais dos sócios;

c) Firmar Termo de Adesão ao Regulamento; e

d) Nomear representante(s) (pessoa física), que será(ão) registrado(s) no sistema e reconhecido(s) como legítimo(s) para realizar(em) negócios em seu nome e sob sua responsabilidade (Termo de Nomeação de Representante). Nos casos em que ele(s) não seja(m) correntista(s) do Banco, deverá(ão) fornecer cópia autenticada em cartório ou cópia e original da identidade, do CPF e comprovante de residência.

6.1.3. O **Termo de Adesão ao Regulamento** e o **Termo de Nomeação de Representante** podem ser obtidos na página do Licitações-e, na *Internet*, opção "**Solicitação de Credenciamento no Licitações-e**", ou diretamente nas agências do Banco.

6.1.4. Ao preencher o formulário disponível na *Internet* o fornecedor faz apenas o seu pré-cadastro. A agência do Banco do Brasil de sua escolha fará contato para complemento e efetivação do cadastramento.

6.1.5. A partir do cadastramento, o usuário e seus representantes estarão habilitados para acessarem as funcionalidades que lhe couberem no Licitações-e.

6.1.6. O credenciamento do interessado no Sistema Licitações-e poderá ser realizado pela internet por meio do link "**www.licitacoes-e.com.br/aop/solicitar-credenciamento.aop"**.

6.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a CSL/EMSERH, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que provocados por terceiros.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para acolhimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.1.1. A proposta de preços, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, deverá ser elaborada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, indicando a **unidade de fornecimento e quantidade** para todos os itens;

7.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

7.3. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá:

a) Consignar o(s) preço(s) proposto(s) para o(s) item(s) ofertado(s) em real(s), junto ao(s) qual(is) considerar-se-ão todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos, seguros, fretes e encargos de qualquer natureza);

b) Preencher, o campo **"INFORMAÇÕES ADICIONAIS"**, com a especificação dos produtos/serviços, atendendo a todas as exigências discriminadas no **Termo de Referência e Modelo de Proposta de Preços (Anexo I e Anexo II)**, com a descrição precisa do que pretende ofertar, podendo complementar as informações encaminhando via sistema, através de **arquivos (documentos) anexos à proposta, vedada a identificação da LICITANTE.**

7.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O licitante não poderá alegar erros ou omissões praticados na proposta, com o intuito de acrescer o valor proposto ou desviar-se de obrigações previstas neste Edital.

7.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública desta Licitação Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.7. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

7.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.9. Os itens de propostas que eventualmente contemplem objeto que não correspondam às especificações contidas no **Termo de Referência (Anexo I)**, deste Edital serão desconsiderados;

7.10. A **Proposta de Preços readequada ao valor final**, conforme modelo constante no **Anexo II** deste Edital, deverá ser apresentada em **01 (uma) via**, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, com o seguinte conteúdo, de **apresentação obrigatória:**

a) **Número da Licitação, razão social do proponente**, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como dados bancários tais como: nome e número do Banco, agência e conta corrente para fins de pagamento;

b) **Nome completo do responsável** pela assinatura do contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

c) **Descrição detalhada do objeto** da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes no **Termo de Referência (Anexo I) e Modelo de Proposta de Preços (Anexo II)**, com a indicação da **unidade de fornecimento e quantidade** para todos os itens;

d) **Proposta de preços** com indicação do preço unitário e total de cada item, em algarismo e total da proposta, em algarismo e por extenso, em Real (R$), com no máximo **02 (dois)** algarismos após a vírgula, sendo considerados fixo e irreajustável, já incluídos os lucros e todas as despesas incidentes, essenciais para a prestação dos serviços/fornecimento do objeto desta Licitação;

d.1) Os valores unitários, mensais e totais propostos não poderão ser superiores aos valores unitários, mensais e totais estimados pela EMSERH, constantes do Modelo de Proposta de Preços - **ANEXO II** deste Edital.

d.2) Havendo divergências entres os preços unitários e preços totais, prevalecerão os valores unitários. No caso divergências entres os valores numéricos e por extensos prevalecerão os indicados por extenso.

e) **Prazo de validade da proposta**: não inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data da abertura do certame;

f) **Prazo de início de execução dos serviços:** Conforme subitem 4.2 do Termo de Referência – Anexo I do edital.

g) **Local de execução dos serviços**: Conforme subitem 4.1 do Termo de Referência – Anexo I do edital.

h) **Declaração Conjunta**, conforme **Anexo III**;

7.10.1. Por ocasião da entrega da proposta final, a mesma deverá conter as alíneas contidas no item anterior (7.10);

7.11. Caso os **prazos de validade da proposta**, **prazo de início de execução dos serviços**, **local de execução dos serviços** sejam omitidos da Proposta de Preços, o Agente de Licitação entenderá como sendo iguais aos previstos no **subitem 7.10**, respectivamente, alíneas **"e", "f",** e **"g".**

7.12. Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Licitação.

7.12.1. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a EMSERH, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a EMSERH.

7.12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, ainda que não tenham causado a desclassificação da proposta por preço inexequível. Nestes casos, a Administração não deferirá pedidos de acréscimo, devendo a licitante vencedora prestar os serviços sem ônus adicionais.

7.13. A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má-fé, e que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta não será causa de desclassificação.

7.14. Não serão admitidas alterações nas condições estabelecidas, uma vez recebidas as propostas, exceto no caso de nova disputa por meio de lances inseridos no sistema eletrônico, conforme previsto neste Edital;

7.15. Não se admitirá proposta que apresentar alternativa de preços.

7.16. Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis.

7.17. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fatos supervenientes e aceitos pelo Agente de Licitação.

7.17.1. A proponente não poderá desistir do lance e/ou proposta já ofertado, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital e no RILC/EMSERH;

7.18. A licitante que não mantiver sua Proposta ficará sujeita às penalidades estabelecidas neste Edital e no RILC/EMSERH.

7.19. Caso a convocação para contratação não seja emitida dentro do período de validade da proposta, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos, sendo que a EMSERH poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade por mais **120 (cento e vinte) dias consecutivos.**

8. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A abertura da sessão pública desta Licitação Eletrônica, conduzida pelo Agente de Licitação, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste Edital e no sítio **www.licitacoes-e.com.br**.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Licitação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Licitação Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão, seja qual for o motivo.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E PROCEDIMENTO

9.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública de Lances), no horário previsto no preâmbulo, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

9.1.1. Os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR TOTAL** do **ITEM**, sendo vencedor nesta fase o licitante que auferir o **MENOR PREÇO TOTAL NO ITEM**.

9.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos;

9.3. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente ofertado pelo licitante;

9.4. Durante a Sessão Pública da Licitação Eletrônica, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado à identificação do seu detentor;

9.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

9.6. Durante a fase de lances, o Agente de Licitação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9.7. Se ocorrer a desconexão do Agente de Licitação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes**,** os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8. Quando a desconexão do Agente de Licitação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da Licitação na forma eletrônica poderá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação aos licitantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

9.9. O Agente de Licitação analisará e decidirá quanto à suspensão da Licitação, quando verificar circunstâncias que resultem em transtornos ou impedimentos ao regular andamento da etapa competitiva do certame.

9.10. O licitante poderá apresentar, durante a disputa, lances intermediários.

9.10.1. São considerados lances intermediários aqueles iguais ou superiores ao menor lance já ofertado e inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.

9.11. O encerramento da etapa de lances da sessão pública será iniciado por decisão do Agente de Licitação. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de **até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado**, findo o qual será **automaticamente** encerrada a recepção de lances.

9.12. **CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

9.12.1. Em caso de empate entre 02 (duas) ou mais propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:

a) Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento; **(aplicável somente para as licitações sob o modo de disputa fechado, conforme art. 94, parágrafo único do RILC/EMSERH).**

b) Critérios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no § 2º do art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993;

c) Sorteio; **(aplicável somente para as licitações sob o modo de disputa aberto, conforme art. 95 do RILC/EMSERH).**

9.12.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas, atendidas todas as condições estipuladas neste Edital, contenham valores exatamente iguais.

9.12.3. A disputa final citada na **alínea "a" do subitem 9.12.1** será realizada em ato contínuo ao encerramento da sessão de disputa de lances entre os licitantes empatados em primeiro lugar;

a) Os licitantes que se encontrem na situação de empate poderão, no prazo decadencial de **10 (dez) minutos**, apresentar um novo **lance fechado** por meio da opção **"Enviar Lance de Desempate"**, disponível no resumo do lote da licitação, fora da sala de disputa do Licitações-e.

9.12.4. Para fins de classificação final, será sempre considerado o menor lance dentre os apresentados pelo licitante, incluindo eventual lance de desempate.

9.12.5. Caso persista o empate após a aplicação de todos os critérios anteriores ao sorteio, este último será realizado em ato público, mediante comunicação formal do dia, hora e local, feita com antecedência mínima de **2 (dois) dias úteis**, no próprio ambiente eletrônico da licitação, no Chat de Mensagens do item ou lote.

a) Decorridos 30 (trinta) minutos da hora marcada, sem que compareçam os interessados, o sorteio será realizado a despeito das ausências.

9.12.6. Em caso de empate nas demais colocações, será observada a ordem cronológica dos lances, tendo prioridade, em eventual convocação, o licitante cujo lance tenha sido recebido e registrado antes.

9.13. **DO DIREITO DE PREFERÊNCIA PARA MEI / ME / EPP.**

9.13.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEI / ME / EPP, conforme previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Estadual n° 10.403/2015.

9.13.2. A identificação do licitante como MEI / ME / EPP, será confirmada após o encerramento da fase de lances.

9.13.3. Entende-se por empate aquelas situações em que, observado o disposto nos itens seguintes, as propostas apresentadas pelas MEI / ME / EPP sejam iguais ou até **10% (dez por cento)** superiores à proposta melhor classificada.

9.13.4. Para efeito de aplicação do critério de desempate para MEI / ME / EPP, proceder-se-á da seguinte forma:

a) Após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para, caso seja de seu interesse, apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de **05 (cinco) minutos** a partir da convocação, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;

b) Não ocorrendo interesse da MEI / ME / EPP em exercer o direito de preferência, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do **subitem 9.13.3** deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.13.5. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, voltará à condição de 1ª (primeira) classificada, a empresa autora da proposta melhor classificada originalmente.

9.13.6. O disposto nos **subitens 9.13.3** e **9.13.4** relativos ao direito de preferência previsto pela Lei Complementar nº 123/2006, somente se aplicará quando a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por MEI / ME / EPP.

10. DA NEGOCIAÇÃO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. O Agente de Licitação poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.3. Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação/recusa de outra que tenha obtido colocação superior, o Agente de Licitação deverá negociar condições mais vantajosas com quem o apresentou.

a) A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

10.4. Se depois de adotada a providência referida na alínea "a" deste subitem não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. No julgamento das propostas, a classificação se dará em ordem crescente dos preços apresentados, sendo considerada vencedora a proposta que cotar o **MENOR PREÇO POR ITEM**, para o objeto licitado;

11.2. Após o término da fase de lances/negociação e análise da proposta detentora do menor preço, serão **desclassificadas** as propostas que:

a) Contenham vícios insanáveis;

b) Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

c) Apresentem preços manifestamente inexequíveis;

d) Após esgotada a fase de lances e de negociação, se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;

e) Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela EMSERH;

f) Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

11.3. Caso entenda que o preço é inexequível, o Agente de Licitação deverá antes de desclassificar a oferta, estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço, através de documentos, tais como, planilha de custos elaborada pelo próprio licitante sujeita a exame pela Administração, contrato, notas fiscais, ainda que em execução, com preços semelhantes, ou outros documentos equivalentes.

11.3.1. A licitante que ofertar preço considerado inexequível pelo Agente de Licitação e que não demonstre posteriormente sua exequibilidade, se sujeita às penalidades administrativas pela não manutenção da proposta.

11.3.2. Confirmada a inexequibilidade, o Agente de Licitação poderá reabrir a licitação convocando sessão pública para dar continuidade ao certame.

11.4. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fatos supervenientes e aceitos pelo Agente de Licitação.

11.5. Após análise e aceitação da proposta, o Agente de Licitação verificará a habilitação e, em seguida, anunciará o licitante vencedor.

11.6. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Agente de Licitação examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, observado, no que for pertinente, os dispositivos da LC nº 123/06.

11.7. Caso a convocação para contratação não seja emitida dentro do período de validade da proposta, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos, sendo que a EMSERH poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade da proposta **por mais 120 (cento e vinte) dias consecutivos**.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos devem ser apresentados em nome do licitante, com o número do CNPJ e endereço respectivos observado o seguinte:

a) Se o licitante for MATRIZ, todos os documentos devem estar em nome da MATRIZ;

b) Se o licitante for FILIAL, todos os documentos devem estar em nome da FILIAL;

b.1) Na hipótese de FILIAL, será aceita a apresentação de documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da MATRIZ.

12.1.1. Serão aceitas como prova de regularidade emitida pelos órgãos competentes as **certidões negativas e as certidões positivas com efeitos de negativa**.

12.2. **DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

a) **Documento de Identificação** do(s) Sócio(s) Administrador(es) ou do Empresário Individual;

b) **Prova de Inscrição** no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no caso de pessoa física, prova de inscrição no CPF – Cadastro de Pessoa Física;

c) **No caso de empresário individual**, deverá apresentar a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

d) **Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br**;

e) **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI** deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

f) **No caso de sociedade simples**, deverá apresentar a inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

g) **No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência**, deverá apresentar a Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede o participante;

h) **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País**, deverá apresentar o Decreto de autorização;

12.2.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.2.1.2. O objeto social especificado nos documentos acima determina a participação da Empresa nas licitações promovidas pela EMSERH, devendo ser totalmente compatível com o objeto licitado.

12.3. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

12.3.1. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:**

a) O(s) Os Atestado(s) **e/ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica**, em nome da MATRIZ ou FILIAL da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante **prestou ou presta serviços compatíveis com o objeto desta Licitação, contendo a especialidade do objeto da licitação (Cirurgia Geral)**. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do eminente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

b) **REGISTRO** ou **INSCRIÇÃO** da empresa no Conselho Regional de Medicina da sede da licitante.

12.3.2. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO- PROFISSIONAL:**

a) Indicação do **RESPONSÁVEL TÉCNICO** da empresa, que deverá ser registrado no Conselho Regional de Medicina competente (CRM), com a devida comprovação do vínculo do profissional com a empresa.

a.1) **COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO COM A EMPRESA.** O vínculo profissional poderá ser comprovado por intermédio do contrato social (se sócio), ou da carteira de trabalho, ou do contrato de prestação de serviço, ou ficha de registro de empregado, ou outro documento correspondente.

12.4. **DA CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA**:

12.4.1. **Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica**, ou de **execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física**, com data não excedente a **120 (cento e vinte dias) dias** de antecedência da data de sua emissão/expedição, quando não vier expresso o prazo de validade na certidão.

a) Na impossibilidade da emissão da certidão a que se refere o **subitem anterior**, deve ser apresentada pelo licitante o **Plano de Recuperação acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n° 11.101/2005**.

12.4.2. **Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE)** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

a) As empresas obrigadas à elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, nos termos da IN RFB nº 1.774 de 22 de dezembro de 2017, terão que apresentar, até o último dia útil do mês de maio, as Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória à apresentação das Demonstrações Contábeis do último exercício encerrado;

b) As empresas não obrigadas à elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, terão que apresentar, até 30 de abril, as Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações Contábeis do último exercício encerrado.

c) A comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será demonstrada através de índice financeiro utilizando-se as fórmulas abaixo, cujos resultados deverão estar de acordo com os valores estabelecidos:

$$\boldsymbol{ISG} = \frac{Ativo\ Total}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo} \geq 1{,}00$$

$$\boldsymbol{ILG} = \frac{Ativo\ Circulante + Realizável\ a\ Longo\ Prazo}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo} \geq 1{,}00$$

$$\boldsymbol{ILC} = \frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante} \geq 1{,}00$$

c.1) O **Índice de Solvência Geral (ISG)** expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

c.2) O **Índice de Liquidez Geral (ILG)** indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

c.3) O **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

c.4) Para os três índices (ISG, ILG e ILC), o resultado **"maior ou igual a 1"** é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado, melhor será a condição da empresa.

a.5) O atendimento aos índices estabelecidos neste Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, **colocando em risco a execução do contrato**.

d) As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, **Capital Social** e/ou **Patrimônio Líquido** no valor mínimo de **10% (dez por cento)** do valor da contratação admitidas à atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

e) As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o **Balanço de Abertura** que será apresentado por empresas constituídas no **exercício em curso**.

f) Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.

12.4.2.1. Quanto às demonstrações contábeis, entende-se que estas serão "apresentadas na forma da Lei", nas seguintes situações e condições, sendo obedecidas as formas de publicação, de acordo com a legislação aplicável a cada caso, e previsto no instrumento convocatório, devendo observar e apresentar, nos termos das alíneas que seguem:

a) Publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, ou outro jornal de grande circulação da sede ou domicílio do licitante, conforme art. 289 da Lei Federal nº 6.404/1976, ou;

b) Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;

c) Por cópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme legislação vigente ou;

d) Registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio do licitante para as sociedades simples ou;

e) Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal n° 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

12.5. **DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

12.5.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de **certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN**), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à **Seguridade Social** / **INSS**, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.5.2. **Prova de situação regular** perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através de apresentação do **CRF** - Certificado de Regularidade do **FGTS**;

12.5.3. **Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante a:

a) **Certidão Negativa** de Débitos Fiscais, e;

b) **Certidão Negativa** de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;

c) Quando a prova de regularidade de que trata o **subitem 12.6.3** for comprovada mediante a apresentação de **uma única certidão**, e dela não constar expressamente essa informação, o Agente de Licitação poderá diligenciar para dirimir eventuais dúvidas.

12.5.4. **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver, relativo **às empresas sediadas no estado do Maranhão**, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.5.5. Prova de regularidade junto ao **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, disponível no sítio eletrônico **www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes**.

12.5.5.1 No momento do exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar, o Agente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica / TCU disponível em **(https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).** A consulta consolidada inclui a Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do TCU, Consulta do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ e Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

12.5.5.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em **nome da empresa licitante** e também de seu **sócio majoritário**, por força do **art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992**, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.5.5.1.2. Constatada a existência de sanção que impeça o licitante de participar de licitação no âmbito da EMSERH, o Agente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.5.6. **Prova de inexistência de débitos** inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, apenas em procedimentos cujo objeto contemple parcial ou integralmente terceirização ou utilização de mão de obra.

12.5.6.1. As **MEI / ME / EPP** deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação da **Regularidade Fiscal e Trabalhista**, mesmo que esta apresente alguma restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal** e **trabalhista**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 43, §4º da LC 123/2006);

b) A não regularização da documentação de **Regularidade Fiscal e Trabalhista**, no prazo previsto no **subitem anterior**, implicará decadência

do direito à contratação, **sem prejuízo das sanções previstas neste Edital**, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

c) Na hipótese da não contratação de **MEI / ME / EPP**, o objeto licitado poderá ser registrado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

12.6. A inabilitação da licitante importa a perda do direito de participar das fases seguintes.

12.7. É de exclusiva responsabilidade das licitantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.

12.8. A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do processo administrativo e não será devolvida à licitante.

12.9. Para os documentos nos quais não se exige a definição expressa do prazo de validade, será considerado o **prazo de 120 (cento e vinte)** dias a partir da data de sua expedição.

12.9.1. O disposto no subitem 12.9 não se aplica às declarações emitidas pelo próprio licitante e nem ao documento exigido no **subitem 12.3.1, alínea "a".**

12.10. Para facilitar o trabalho de análise dos documentos pelo Agente de Licitação, solicitam-se as licitantes que apresentem toda a documentação na ordem estabelecida no Edital.

12.11. Para fins de habilitação, a verificação pela EMSERH, órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA

13.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a **"proposta ajustada ao lance final"**, bem como os "**documentos de habilitação"**, por meio do menu **"opções"** e depois **"incluir anexo proposta"** no sistema **Licitações-e** ou através dos e-mails **"csl@emserh.ma.gov.br"** ou **"igor.rochacsl@gmail.com",** no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas após convocação** do **Agente de Licitação** via chat, podendo ser prorrogado por igual período mediante apresentação de justificativa/solicitação da licitante e aceita pelo **Agente de Licitação.**

13.1.1. Os documentos remetidos por uma das formas prevista no subitem anterior **poderão** ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, no prazo máximo de 03 (três) dias uteis a contar do próximo dia útil após a solicitação do Agente de Licitação via chat.

13.1.1.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.1.1.2. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados pelo Agente de Licitação, deverão ser encaminhados ao Protocolo da Comissão Setorial de Licitação – CSL da EMSERH, localizado na **Av. Borborema, Quadra n° 16, n° 25, Bairro Calhau - São Luís/MA, CEP: 65.071-360**.

13.1.1.3. A licitante que desejar ter vistas aos documentos apresentados deverá encaminhar requerimento para os e-mails indicados no **subitem 13.1** deste Edital.

13.2. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

13.3. Os documentos necessários ao certame poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por empregado vinculado à Comissão de Licitação, ou autenticado digitalmente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, conforme art. 114 do RILC/EMSERH.

a) No caso de autenticação através da CSL/EMSERH, somente serão aceitos os **documentos originais** para fins de comprovação da autenticidade das cópias[1].

13.4. Os documentos extraídos via Internet somente serão considerados válidos após a confirmação da autenticidade através do site do órgão emitente.

14. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

14.1. Encerrado o julgamento e declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá **manifestar intenção de recorrer**, via sistema eletrônico e dentro do prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, em seguida será concedido o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para a apresentação das **RAZÕES RECURSAIS**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar **CONTRARRAZÕES** em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, estando assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

14.1.1. Qualquer licitante poderá **manifestar intenção de recorrer** por meio do **Menu "Opções" >consultar lotes >consultar recurso >registrar intenção de recurso**;

[1] Acórdão 801/2004 - Plenário TCU

14.1.2. A falta de manifestação imediata de interpor recurso, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** estabelecido, importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto à(s) licitante(s) declarada(s) vencedora(s).

14.1.3. As **razões do recurso** bem como as **contrarrazões** deverão ser encaminhadas por meio do endereço eletrônico **"csl@emserh.ma.gov.br"**, com cópia para **"igor.rochacsl@gmail.com"** ou **protocolados** na Sala da **Comissão Setorial de Licitação - CSL**, localizada na Avenida Borborema, Quadra n° 16, n° 25, Calhau. CEP: 65.071-360 – São Luís/MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00min às 12h00min e 14h00min às 18h00min;

14.2. O recurso que versar sobre habilitação/inabilitação ou sobre classificação/desclassificação de propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

14.3. Os recursos meramente protelatórios serão sujeitos à aplicação da penalidade prevista no inciso III do artigo 213, conforme disciplina o art. 219 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH.

14.4. O recurso será dirigido ao **Presidente da EMSERH**, por intermédio do Agente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento do recurso.

14.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **Comissão Setorial de Licitação – CSL/EMSERH**, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital;

14.6. Caberá recurso administrativo, à Instância Superior, em única fase recursal, da decisão da autoridade competente que, por recusa injustificada à assinatura do contrato ou por descumprimento contratual, rescindir o instrumento contratual nos casos nele especificados ou aplicar as penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de **10 (dez) dias úteis a contar da intimação da decisão.**

14.6.1. O recurso será dirigido à Instância Superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou, não sendo o caso, fazê-lo subir devidamente informado.

14.6.2. Nas hipóteses do **subitem 14.6** deste Edital, o recurso administrativo não possuirá efeito suspensivo, salvo disposição legal em contrário.

14.6.3. A autoridade recorrida poderá, de ofício ou a pedido, havendo motivado receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, conferir efeito suspensivo ao recurso.

14.6.4. A interposição do recurso administrativo ensejará preclusão para quaisquer outras manifestações da empresa interessada sobre a decisão da qual foi intimada.

14.6.5. O recurso não será conhecido quando interposto:

a) Intempestivamente;

b) Por quem não seja parte sucumbente no processo;

c) Após exaurida as instâncias administrativas do processo;

14.6.6. Não caberá pedido de reconsideração nas decisões das hipóteses do **subitem 14.6** deste Edital, bem como nas decisões da Instância Superior.

14.7. Caberá recurso, no mesmo prazo previsto no **subitem 14.1 deste Edital**, contra a decisão da autoridade competente que:

a) suspender ou cancelar ata de registro de preços;

b) indeferir, suspender ou cancelar registro cadastral;

c) indeferir pré-qualificação.

14.8. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto desta **Licitação Eletrônica** será Adjudicado pelo **Agente de Licitação**, ao(s) vencedor(es) dos itens/lotes quando não houver interposição de recurso administrativo.

15.1.1. Havendo interposição de recurso, o ato de Adjudicação deverá ser efetivado pelo Presidente da EMSERH.

15.2. A Homologação desta **Licitação Eletrônica** compete ao **Presidente da EMSERH**.

16. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

16.1. Quanto a Administração manifestar interesse em revogar ou anular licitação, no caso de iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, referida no inciso III do artigo 42 do RILC/EMSERH, será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis, a contar da data da divulgação do interesse**, para que os licitantes manifestem

interesse em contestar o respectivo ato**.**

16.2. Além das hipóteses previstas no artigo 98, §3° e no artigo 187, §2°, inciso II, ambos do RILC/EMSERH, o Presidente da EMSERH poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

16.2.1. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, observado o subitem 16.2.2.

16.2.2. A nulidade da licitação induz à do contrato.

16.2.3. O disposto nos subitens 16.2, 16.2.1 e 16.2.2 aplica-se, no que couber, aos atos por meio dos quais se determine a contratação direta.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologado o resultado da licitação, a EMSERH convocará o licitante vencedor para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** para assinar o **Instrumento Contratual (Anexo IV),** sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **Item 23** deste Edital;

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela EMSERH;

17.2. É facultado à EMSERH, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidos:

a) Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados conformidade com o instrumento convocatório;

b) Revogar a licitação.

17.3. Decorridos **120 (cento e vinte) dias** da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, caso outro prazo não tenha sido estabelecido no instrumento convocatório.

17.4. No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar Instrumento Público ou Particular de Mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes específicos ao signatário da contratação, quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social.

a) Caso a adjudicatária já tenha apresentado os documentos exigidos pelo caput em momento oportuno no processo licitatório, fica dispensada do cumprimento desta disposição.

b) A assinatura do contrato, de seus aditivos e de qualquer outro documento pertinente à sua execução pode ser realizada eletronicamente, conforme regulamentado em ato normativo interno;

c) A formalização do instrumento de contrato estará condicionada à inexistência de registro junto ao Cadastro Estadual de Inadimplentes do Estado do Maranhão – CEI e à apresentação de Certidão Negativa de Débitos (ou Positiva com Efeito de Negativa) junto à CAEMA, na forma da Lei n.º 6.690/96 e do Decreto Estadual n.º 21.178/05, respectivamente, não sendo exigível a comprovação de regularidade fiscal;

17.5. **No ato da assinatura do contrato**, convênio ou concessão, a Administração Pública deverá consultar o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo divulgada no sítio eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego, certificando nos autos a regularidade ou irregularidade da pessoa jurídica de direito privado interessada em celebrar o contrato, consoante a Lei Estadual nº 10.612 de 03 de julho de 2017, que alterou o parágrafo único da Lei Estadual nº 9.752, de 10 de janeiro de 2013;

17.6. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à EMSERH, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

17.7. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

17.8. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à EMSERH a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

17.9. Obrigam-se os contratados a:

17.9.1. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal;

17.9.2. Cumprir a legislação e a regulamentação relativa à prevenção e ao combate à corrupção;

17.9.3. Não utilizar, de qualquer forma, de trabalho infantil ou em condições análogas à de escravo;

17.9.4. Adotar boas práticas de preservação ambiental; e

17.9.5. Conhecer e respeitar o Código de Conduta e Integridade da EMSERH.

17.10. É vedado aos contratados e a seus empregados realizar qualquer negócio em nome do ou em razão de contrato firmado com a EMSERH de maneira imprópria, que configure atos criminosos ou ilícitos, tais como corrupção, lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e fraudes.

17.11. No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar os seguintes documentos:

a) **Relação Nominal dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços, conforme Anexo I-A** do Termo de Referência – Anexo I do edital.

b) **Declaração de Anuência dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços**, conforme **Anexo I-B** do Termo de Referência – Anexo I do edital.

c) Comprovante de **REGISTRO** ou **INSCRIÇÃO** no Conselho Regional de Medicina competente dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços.

d) **Certificado de Conclusão de Residência reconhecido pela CNRM ou Título de especialista reconhecido pela AMB e registrado no CRM** dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços, de acordo com os pré-requisitos constantes no **subitem 3.1** do Termo de Referência – Anexo I do edital.

e) Todos os profissionais apresentados pela licitante, por item, deverão cumprir os pré-requisitos técnicos solicitados. O profissional que não atender o exigido será excluído da Análise Técnica;

f) Os profissionais deverão ter disponibilidade para inclusão de vínculo junto ao CNES para a Unidade de Saúde na qual prestarão o serviço;

g) A contratada poderá realizar, durante a vigência contratual, até 03 (três) trocas dos profissionais que executarão o serviço. Devendo ser apresentado previamente ao fiscal do contrato as documentações, para análise da habilitação Técnica. Caso aprovado será feita a inclusão no parecer técnico do corpo clínico da empresa.

18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. Conforme **Cláusula 11ª** da Minuta do Contrato (Anexo IV) e **item 13** do Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

19. DO FISCAL DO CONTRATO

19.1. Conforme **Cláusula 09ª** da Minuta do Contrato (Anexo IV) deste Edital.

20. DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

20.1. Conforme **Cláusula 10ª** da Minuta do Contrato (Anexo IV) deste Edital.

21. DA REVISÃO

21.1. Conforme **Cláusula 12ª** da Minuta do Contrato (Anexo IV) deste Edital.

22. DO REAJUSTE

22.1. Conforme **Cláusula 16ª** da Minuta do Contrato (Anexo IV) deste Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Além das sanções previstas na **Cláusula 13ª** da Minuta do Contrato (Anexo IV) deste Edital**,** os participantes poderão sofrer as penalidades previstas nos arts. 211 a 216 do RILC/EMSERH.

24. DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

24.1. Conforme **Cláusula 5ª** da Minuta do Contrato (Anexo IV) e **item 4** do Termo de Referência (Anexo I) do Edital.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.2. O **resultado desta licitação** será comunicado mediante publicação no site da **EMSERH "www.emserh.ma.gov.br"**.

25.3. Ocorrendo feriado, ponto facultativo ou fato superveniente que impeça a abertura das propostas e o início da disputa desta licitação na data acima mencionada, será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, salvo comunicação em contrário.

25.4. São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I Termo de Referência;

ANEXO I-A Modelo de Relação dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços;

ANEXOI-B Modelo de Declaração de Anuência dos Profissionais que atuarão na prestação dos serviços médicos;

ANEXO I-C Tabela de Desconto de Produtividade

ANEXO I-D Tabela de média percentual (%) de procedimentos

ANEXO I-E Tabela de Cirurgias e Portes

ANEXO II Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III Modelo de Declaração Consolidada;

ANEXO IV Minuta de Contrato.

São Luís (MA), 08 de fevereiro de 2021.

Igor Manoel Sousa Rocha
Agente de Licitação da EMSERH
Matricula n° 515

LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 038/2021 – CSL/EMSERH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9.367/2021 - EMSERH

ANEXO I

I- TERMO DE REFERÊNCIA -

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Saúde, para atender a demanda dos seguintes Hospitais: **Hospital Regional de Lago da Pedra, Hospital de Caxias- Dr. Everaldo Ferreira Aragão, Hospital Regional de Timon- Alarico Nunes Pacheco e Hospital Regional de Santa Luzia do Paruá.**

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Considerando a consagração constitucional da saúde como direito fundamental por intermédio dos arts. 6º e 196° da CRFB, constante ainda no art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, corolário do princípio da Dignidade da Pessoa Humana, devem os Entes Federados prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, sendo facultativa a participação das instituições privadas no Sistema Único de Saúde (SUS), segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio;

2.2. Considerando a LEI 8080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, constante ainda no seu Art. 2° que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício;

2.3. Considerando os **Contratos 173/2020**, **190/2019, 179**/ **2020** celebrado entre o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde – SES, e a Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH, que tem por objeto o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de Saúde no Hospital Regional de Lago da Pedra, Hospital de Caxias- Dr. Everaldo Ferreira Aragão, Hospital Regional de Timon- Alarico Nunes Pacheco e Hospital Regional de Santa Luzia do Paruá.

2.4. Considerando que a administração pública obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**,** o qual se vincula ainda às referidas lições principiológicas, conforme previsto no art. 37 da CRFB c/c art. 31 da Lei n° 13.303/2016;

2.5. Considerando a necessidade da oferta dos serviços médicos formalizados e contratualizados e considerando que a contratação será disciplinada pelo art. 37, inc. XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), Lei n° 13.303/2016 c/c o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, e pelas legislações correlatas e normas internas da Empresa;

2.6. Considerando a necessidade de promover ações em serviços de saúde para a população do interior do estado, destacamos a importância de contratualização dos serviços de cirurgia, uma vez que existe demanda reprimida de procedimentos

cirúrgicos de pequeno, médio e grande porte, onde serão realizados os atendimentos ambulatoriais para estabelecer o diagnóstico, assim como plantão de urgência e emergência e cirurgias eletivas;

2.7. Considerando o art. 1º da Portaria SES/MA nº 1.044 de 30 de outubro de 2018 prevê, expressamente, o teto para prestação de serviços assistenciais, da rede estadual de saúde, por plantão de 24 horas, não estabelecendo que o somatório de todos os plantões de 24 horas dispensados por diferentes plantonistas não deva exceder o valor fixado na portaria supracitada;

2.8. Solicitamos, nesse sentido, atendendo ao interesse público e visando garantir o pleno exercício do direito à saúde pela população maranhense, a adoção de medidas necessárias à Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Saúde para atender a demanda do **Hospital Regional de Lago da Pedra, Hospital de Caxias- Dr. Everaldo Ferreira Aragão, Hospital Regional de Timon-Alarico Nunes Pacheco e Hospital Regional de Santa Luzia do Paruá**, por um período de 12 (doze) meses.

3. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / ESPECIALIDADES MÉDICAS / LINHAS DE SERVIÇOS / DIMENSIONAMENTO DE CARGA HORÁRIA

3.1. A prestação dos serviços se dará na especialidade e linha de serviço conforme tabela abaixo:

ITEM 01 – SERVIÇO MÉDICO ESPECIALIZADO NA MODALIDADE CIRURGIA GERAL PARA O HOSPITAL REGIONAL DE LAGO DA PEDRA		
PRÉ-REQUISITOS DOS PROFISSIONAIS	**DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTIVIDADE**	**QUANTITATIVO**
Comprovação do registro no Conselho Regional de Medicina	**24h/7 dias por semana** **12h/7 dias por semana**	**01 PLANTONISTA 24H**
Certificado de conclusão de	*Realização de atendimento ambulatorial de 320 consultas/mês	

residência médica em Cirurgia Geral reconhecido pela CNRM; ou título de especialista em Cirurgia Geral reconhecido pela AMB e registrado no CRM.	*Parecer; *Acompanhamento de pacientes na observação; * Assistência ao paciente pós-cirurgia; * Realização de Quantitativo mínimo/mês de cirurgias, assim distribuídas: porte I - 110 porte II - 100 porte III - 15	**01 PLANTONISTA 12H**
Corpo Clínico de no mínimo 07(Sete) médicos		

ITEM 02 – SERVIÇO MÉDICO ESPECIALIZADO NA MODALIDADE CIRURGIA GERAL PARA O HOSPITAL DE CAXIAS DR. EVERALDO FERREIRA ARAGÃO		
PRÉ-REQUISITOS DOS PROFISSIONAIS	**DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTIVIDADE**	**QUANTITATIVO**
Comprovação do registro no Conselho Regional de Medicina	**24h/7 dias por semana** **12h/7 dias por semana**	**01 PLANTONISTA 24H**
Certificado de conclusão de residência médica em Cirurgia Geral reconhecido pela CNRM; ou título de especialista em Cirurgia Geral reconhecido pela AMB e registrado no CRM.	*Realização de atendimento ambulatorial de 320 consultas/mês *Parecer; *Acompanhamento de pacientes na observação; * Assistência ao paciente pós-cirurgia; * Realização de Quantitativo mínimo/mês de cirurgias, assim distribuídas: porte I - 110	**01 PLANTONISTA 12H**

	porte II - 100 porte III - 15	
Corpo Clínico de no mínimo 07(sete) médicos		

ITEM 03 – SERVIÇO MÉDICO ESPECIALIZADO NA MODALIDADE CIRURGIA GERAL PARA O HOSPITAL REGIONAL DE TIMON ALARICO NUNES PACHECO		
PRÉ-REQUISITOS DOS PROFISSIONAIS	**DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTIVIDADE**	**QUANTITATIVO**
Comprovação do registro no Conselho Regional de Medicina Certificado de conclusão de residência médica em Cirurgia Geral reconhecido pela CNRM; ou título de especialista em Cirurgia Geral reconhecido pela AMB e registrado no CRM.	**24h/7 dias por semana** **22 plantões de 12h, distribuídos de segunda a sexta-feira** *Realização de atendimento ambulatorial de 320 consultas/mês *Parecer; *Acompanhamento de pacientes na observação; * Assistência ao paciente pós-cirurgia; * Realização de Quantitativo mínimo/mês de cirurgias, assim distribuídas: porte I - 110 porte II - 100 porte III - 15	**01 PLANTONISTAS 24H** **01 PLANTONISTA 12H**
Corpo Clínico de no mínimo 07(sete) médicos		

<table>
<tr><th colspan="3">ITEM 04 – SERVIÇO MÉDICO ESPECIALIZADO NA MODALIDADE CIRURGIA GERAL PARA O HOSPITAL REGIONAL DE SANTA LUZIA DO PARUA</th></tr>
<tr><th>PRÉ-REQUISITOS DOS PROFISSIONAIS</th><th>DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTIVIDADE</th><th>QUANTITATIVO</th></tr>
<tr><td rowspan="2">Comprovação do registro no Conselho Regional de Medicina

Certificado de conclusão de residência médica em Cirurgia Geral reconhecido pela CNRM; ou título de especialista em Cirurgia Geral reconhecido pela AMB e registrado no CRM.</td><td>24h/7 dias por semana

12h/7 dias por semana

*Realização de atendimento ambulatorial de 320 consultas/mês
*Parecer;
*Acompanhamento de pacientes na observação;
* Assistência ao paciente pós-cirurgia;
* Realização de Quantitativo mínimo/mês de cirurgias, assim distribuídas:
porte I - 110
porte II - 100
porte III - 15</td><td>01 PLANTONISTA 24H

O1 PLANTONISTA 12H</td></tr>
<tr><td colspan="3">Corpo Clínico de no mínimo 07(sete) médicos</td></tr>
</table>

3.2. Os procedimentos cirúrgicos porte I, II e II, para fins de orientação estão elencados no anexo F, sendo possível demanda e realização de cirurgias não contempladas no anexo.

4. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados nas Unidades de Saúde a seguir:

UNIDADE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
Hospital Regional de Lago da Pedra	R. Sete de Setembro, Lago da Pedra - MA, 65715-000	Lago da pedra
Hospital de Caxias- Dr. Everaldo Ferreira Aragão	BR 316, S/N. CEP: Bairro: Baixa Funda. Cidade: *Caxias*-MA.	Caxias
Hospital Regional de Timon-Alarico Nunes Pacheco	Av. Luís Firmino de Sousa, 2258 - São Benedito, Timon - MA, 65636-340	Timon
Hospital Regional de Santa Luzia do Paruá	Santa Luzia do Paruá - MA, 65272-000	Santa Luzia

4.2. O serviço terá início em até ***30 (trinta) dias corridos*** após a assinatura do contrato, mediante Ordem de Serviço emitida pela Contratante.

5. DA COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO

As empresas licitantes deverão comprovar a qualificação técnica, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

5.1. **Atestado (s) de Capacidade Técnica** fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo nome da empresa, endereço, nome do profissional responsável, telefone da entidade atestadora e a descrição dos serviços, comprovando que a empresa presta ou prestou os serviços, compatíveis com o objeto deste certame, contendo a especialidade do objeto da licitação (Cirurgia Geral). O atestado deverá ser apresentado em papel timbrado, original ou cópia autenticada assinados por autoridades ou representantes;

5.2. **Registro ou inscrição** da empresa no **Conselho Regional de Medicina** competente.

5.3. **Responsável Técnico** da empresa registrado no Conselho competente **(CRM),** com a devida comprovação.

5.4. **Comprovação de vínculo do Responsável técnico** com a empresa. O vínculo do profissional poderá ser comprovado por intermédio do contrato social (se sócio), ou da carteira de trabalho, ou do contrato de prestação de serviço, ou ficha de registro de empregado, ou outro documento correspondente.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PROFISSIONAIS

6.1. Todos os profissionais apresentados pela licitante, por item, deverão cumprir os pré-requisitos técnicos solicitados. O profissional que não atender o exigido será excluído da Análise Técnica;

6.2. Os profissionais deverão ter disponibilidade para inclusão de vínculo junto ao CNES para a Unidade de Saúde na qual prestarão o serviço;

6.3. A contratada poderá realizar, durante a vigência contratual, até 03 (três) trocas dos profissionais que executarão o serviço. Devendo ser apresentado previamente ao fiscal do contrato as documentações, para análise da habilitação Técnica. Caso aprovado será feita a inclusão no parecer técnico do corpo clínico da empresa.

7. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS DOS PROFISSIONAIS NA ASSINATURA CONTRATUAL

7.1. **Será necessário ainda na assinatura do contrato**, a empresa apresentar:

7.1.1. Relação Nominal dos Profissionais, por lote (Anexo A);
7.1.2. Apresentar carta de anuência, devidamente assinada pelo profissional que irá compor a escala (Anexo B);
7.1.3. Comprovante do Registro no Conselho Regional de Medicina;
7.1.4. Certificado de conclusão de residência médica reconhecido pela CNRM, ou título de especialista reconhecido pela AMB e registrado no CRM, conforme os pré-requisitos;

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. A proposta deverá ser apresentada em linguagem clara e objetiva, sem erros linguísticos ou rasuras, de modo que identifique a contratada, bem como deverá ser assinada por responsável legal ou por pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome da contratada.
8.2. A empresa deverá apresentar devidamente preenchida e assinada a Proposta de Preços.
8.3. A apresentação da proposta implicará em plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo.
8.4. A empresa contratada deverá considerar no valor total de sua proposta comercial todas as despesas diretas e indiretas para a execução dos serviços.
8.5. As propostas deverão ser apresentadas discriminando os valores unitários e totais, sendo consideradas válidas as que forem apresentadas com valores até duas casas decimais. Para tanto, a empresa deverá considerar a quantidade estimada, conforme estimativa neste Termo.
8.6. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações contidas na planilha de custos e formação de preços não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a contratada alterar a composição de seus preços unitários.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor, forma e prazos ajustados;
9.2. Gerenciar o presente contrato, indicando, sempre que solicitado, o nome da CONTRATADA, o preço e a descrição do (s) objeto (s) contratados (s);
9.3. Convocar a CONTRATADA via e-mail ou telefone, para sanar possíveis irregularidades ocorridas na execução do presente contrato;
9.4. A CONTRATANTE poderá rejeitar, com a devida justificativa, aqueles profissionais que não preencham as condições contratuais para a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência;

9.5. Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

9.6. A CONTRATANTE poderá fiscalizar, acompanhar e controlar o efetivo serviço prestado no objeto deste certame, com o bom desempenho dos trabalhos.

9.7. A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento, o afastamento dos profissionais que não estejam satisfazendo os requisitos exigidos na execução do objeto, devidamente formalizado e justificado;

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços em conformidade com o contrato resultante deste Termo de Referência, obedecendo rigorosamente o disposto no respectivo edital e seus Anexos, independentemente de transcrição ou anexação;

10.2. Notificar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer alteração na sua razão social ou de seu contrato acionário e de mudança em sua Diretoria, contrato ou estatuto, apresentando no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial e/ou do Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

10.3. Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes, fornecendo as informações ao arquivo médico;

10.4. Responsabilizar-se integralmente pelos seus profissionais, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante toda a vigência do contrato, dentro dos prazos e condições estipulados;

10.5. Providenciar a correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços de modo a evitar qualquer prejuízo à execução do objeto deste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento;

10.6. Recrutar e/ou contratar, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, o corpo técnico em quantidade compatível com a perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato e respectivos Anexos, cabendo-lhe efetuar todas as exigências legais ou regulamentares, fiscais e comerciais;

10.7. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições e qualificações exigidas pela CONTRATANTE para a celebração do contrato;

10.8. A CONTRATADA deverá apresentar previamente à EMSERH, antes do início dos serviços a escala médica dos profissionais que irão executar os serviços na Unidade de Saúde. A escala médica deverá ser composta, obrigatoriamente, pelos profissionais habilitados na análise técnica do certame;

10.9. Caso a escala médica apresentada esteja com os profissionais não habilitados previamente na análise técnica do certame, a contratada será notificada a fim de regularizar imediatamente a escala, sob pena de sanção prevista neste instrumento;

10.10. A CONTRATADA deverá seguir o Código de Ética da CONTRATANTE, bem como as normas administrativas internas;

10.11. Importante ressaltar que segundo o Art. 3º - As empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde com personalidade jurídica de direito privado deverão ser registrados nos Conselhos

Regionais de Medicina da jurisdição em que atuarem, nos termos da Lei n.º 6.839, de 30 de outubro de 1980, e Lei nº 9.656, de 3 de julho de 1998;

10.12. Para execução dos serviços, a Empresa contratada deverá disponibilizar recursos humanos próprios em número suficiente para cumprimento das metas exigidas, garantindo todas as necessidades técnicas pertinentes e das condições estabelecidas pela contratante;

10.13. Manter regulamente os serviços solicitados e o número mínimo de profissionais, devendo responsalizar-se por eventuais danos decorrentes de falta de pessoal;

10.14. Caso ocorra a falta do profissional médico no plantão, o mesmo deverá ser substituído por outro profissional da escala médica apresentada de forma imediata, não ultrapassando 2h do início do plantão em questão;

10.15. Os profissionais deverão executar atividades exigidas, por especialidade e descritas no item 3 e realizar a rotina de pequenos procedimentos e intercorrências que venham surgir no decorrer do plantão;

10.16. Obedecer às diretrizes e princípios do SUS que lhes compete, estabelecidos pelo artigo 198 da Constituição Federal e fortalecidos pela Política Nacional de Humanização;

10.17. Efetuar a troca de plantão entre turnos(dia/noite), com o repasse dos pacientes que se encontrarem internados, e os que apresentarem orientação de retorno, com exames ou revisões;

10.18. Registrar a evolução do paciente diariamente no prontuário digital ou eletrônico;

10.19. Na ocorrência, em caráter excepcional, de atraso do plantonista seguinte, o plantonista atual deverá aguardar até a sua chegada;

10.20. É expressamente proibido o abandono do plantão e/ou negligência assistencial às intercorrências durante o seu plantão.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. A subcontratação de contratos firmados entre a Administração Pública e a empresa privada se trata de uma forma de possibilitar que se ofereça e execute serviços mais especializados que constituam pequena parte do objeto do contrato. São vedadas subcontratações que constituam o objeto fim da contratação.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes dessa contratação estarão submetidas à dotação orçamentária prevista para atendimento da presente finalidade, a ser informada pela EMSERH.

13. DO PAGAMENTO

13.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, conferência e atesto, por meio de transferência bancária, e de acordo com as condições constantes no Termo de Referência, mediante a apresentação de Nota/Fatura, correspondente, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor, através de depósito bancário em favor da CONTRATADA.

13.2. O pagamento estará condicionado à REGULARIDADE FISCAL DA EMPRESA.

13.3. Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, mediante a apresentação da FATURA/NOTA FISCAL E ESCALA CORRESPONDENTE por parte da Contratada. A fatura e a nota fiscal serão protocolizadas na EMSERH, no mês subsequente ao mês da execução dos serviços, através de ofício, encaminhado à Contratante, devendo ainda conter todas as informações necessárias para dela se dar quitação e estar de acordo com as normas fiscais vigentes. As faturas/notas fiscais e Escalas deverão ser apresentadas com intervalo mínimo de 15 (quinze) dias.

13.4. A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal e da Fatura e demais documentação necessária ao pagamento ou a sua apresentação com incorreções ou ausências de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponder os atrasos e/ou as incorreções verificadas, não cabendo à CONTRATADA qualquer acréscimo decorrente deste atraso, de sua única e total responsabilidade.

13.5. A CONTRATADA lançará na Nota Fiscal as especificações dos serviços de modo idêntico àquelas constantes do objeto do Contrato.

13.6. A Nota Fiscal e/ou Fatura e Escalas serão atestadas pela CONTRATANTE através do Fiscal do Contrato, observadas as normas contratualmente.

13.7. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13.8. **O procedimento para o pagamento se dará da seguinte forma:**

13.9. A contratada deverá emitir e enviar os relatórios, constando a produtividade realizada, conforme os anexos D para que seja realizada a análise pela equipe técnica da Contratante, com posterior envio de glosa para a Empresa, caso não atinja a meta estipulada;

13.10. A contratada deverá enviar os relatórios de produtividade para análise prévia pelo fiscal administrativo do contrato até o 5° dia útil do mês subsequente. O relatório deverá ser encaminhado para o seguinte e-mail: servicosmedicos.emserh@gmail.com, em excel, formato xlsx;

13.11. O fiscal administrativo do contrato terá o prazo de 48h para envio da análise dos relatórios à Empresa, conforme modelo, para que esta proceda com o fluxo de emissão da nota fiscal com as devidas glosas, caso haja necessidade;

13.12. Em caso de contestação por parte da Empresa, referente ao relatório emitido pelo fiscal administrativo do Contrato, a mesma terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar as contestações e/ou recursos, que deverão ser analisados pelo fiscal administrativo do Contrato em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento;

13.13. A contratante deverá apresentar os documentos devidamente atestados, carimbados e assinados pelo Diretor da Unidade e responsável da Empresa, tais como: nota fiscal, relatório de produtividade das cirurgias e pequenos procedimentos e o relatório de produtividade ambulatorial dos serviços prestados.

13.14. Para glosa, será considerado a soma dos procedimentos de porte I, II e III mais a produtividade ambulatorial dividida pela quantidade total dos serviços realizados, conforme exemplo:

PRODUTIVIDADE ESTIMADA (MENSAL)	**PRODUTIVIDADE REALIZADA PELA EMPRESA**	**CÁLCULO DA GLOSA CONFORME**

(100%)		**TABELA DE (%) ANEXO D**
AMBULATÓRIO: 240 CONSULTAS	**192 CONSULTAS**	**80 (OITENTA) %**
CIRURGIA PORTE I: 110	**99 PORTE I**	**90 (NOVENTA) %**
CIRURGIA PORTE II: 70	**49 PORTE II**	**70 (SETENTA) %**
CIRURGIA PORTE III: 10	**9 PORTE III**	**90 (NOVENTA) %**
CÁLCULO DA GLOSA: 80 (%) + 90 (%) + 70 (%) + 90 (%) / 4 (TOTAL DA PORCENTAGEM DOS SERVIÇOS REALIZADOS) = 330 (%) / 4 = 82,5 %. CONFORME ANEXO C, A GLOSA SERÁ DE 10 % SOBRE O VALOR TOTAL NOTA FISCAL.		

13.15. O pagamento será referente aos serviços efetivamente realizados, levando-se em consideração os dias do mês da prestação do serviço;

13.16. A glosa incidirá sobre o valor total da Nota Fiscal;

14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. A vigência do contrato será de **12 (doze) meses,** a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por acordo entre as partes, desde que a medida seja vantajosa para a EMSERH e respeitando o limite estabelecido no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH.

15. DO FISCAL DO CONTRATO

15.1. A Diretoria Clínica da EMSERH indicará fiscais, que deverá ter preferencialmente um da própria Unidade, para acompanhar e fiscalizar a conformidade da execução do contrato, de acordo com as especificações e quantidades contidas neste Termo de Referência, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um servidor designado.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

16.2. As condições estabelecidas neste documento farão parte do contrato, visando à prestação dos serviços, independentemente de estarem nele transcritas.

16.3. São partes integrantes desse Termo de Referência:

- **ANEXO I- A – Relação dos Profissionais para Escala Médica;**
- **ANEXO I- B – Declaração de Anuência dos Profissionais;**
- **ANEXO I -C – Tabela de Desconto de Produtividade;**
- **ANEXO I -D – Tabela de Média Percentual (%) de Procedimentos;.**
- **ANEXO I - E – CIRURGIAS E PORTES**

São Luís, 26 de janeiro de 2021.

Elaborador:

Maísa Joana de Araújo Costa

Executiva de Compras

Mat. 8131|EMSERH

De acordo:

Letícia Helena do Vale Façanha

Gerente de Compras e Contratos

Mat. 7313|EMSERH

Responsável Técnico:

LÚCIA CRISTINA FERREIRA MARQUESW

Consultora de Compra Hospitalar

Mat. 773|EMSERH

ANEXO I-A MODELO DE ESCALA/RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS

RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Nº DO ITEM		
UNIDADE DE SAÚDE:		**CNPJ:**
EMPRESA PRESTADORA DO SERVIÇO:		
MÊS / ANO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:		

NOME DO PROFISSIONAL	**CRM**	**ESPECIALIDADE**
TOTAL		

_____

Assinatura Responsável

ANEXO I - B MODELO DE DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DOS PROFISSIONAIS

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Eu, (inserir nome), portador do Documento de Identidade n° (inserir número) e do CPF N° (inserir número), residente e domiciliado em (inserir endereço), declaro que estou plenamente ciente e de acordo que participarei do Corpo Clínico, apresentando pela empresa (nome do proponente), CNPJ N° (inserir número)a Licitação Presencial n° (inserir n°), que tem por objeto (inserir objeto da licitação)

Cidade, _____de_____de 2020.

_____
(Carimbo CRM, assinatura do médico)

ANEXO I – C TABELA DE DESCONTO DE PRODUTIVIDADE

TABELA DE DESCONTO DE PRODUTIVIDADE PARÂMETRO DE AVALIAÇÃO Metas atingidas na Produção Assistencial, estabelecidas nas Especificações (Item 4), por procedimento e por Unidade Estadual de Saúde.	
PARÂMETRO DE CUMPRIMENTO DAS METAS	**CÁLCULO DO VALOR DO DESCONTO**
Acima de 85%	Não tem desconto
Acima de 70% até 85%	Desconto de **10%** sobre o valor total correspondente à produtividade mínima do serviço assistencial, solicitada no termo de referência.
Acima de 60% até 70%	Desconto de **15%** sobre o valor total correspondente à produtividade mínima do serviço assistencial, solicitada no termo de referência.
Menor ou igual a (≤) 60 %	Desconto de **20%** sobre o valor total correspondente à produtividade mínima do serviço assistencial, solicitada no termo de referência.

ANEXO I - D TABELA DE MÉDIA PERCENTUAL (%) DE PROCEDIMENTOS

PRODUTIVIDADE ESTIMADA (MENSAL) (100%)	PRODUTIVIDADE REALIZADA PELA EMPRESA	CÁLCULO DA GLOSA CONFORME TABELA DE (%) ANEXO C
AMBULATÓRIO:		
CIRURGIA PORTE I:		
CIRURGIA PORTE II:		
CIRURGIA PORTE III:		
CÁLCULO DA GLOSA: 80 (%) + 90 (%) + 70 (%) + 90 (%) / 4 (TOTAL DA PORCENTAGEM DOS SERVIÇOS REALIZADOS) = 330 (%) / 4 = 82,5 %. CONFORME ANEXO C, A GLOSA SERÁ DE 10 % SOBRE O VALOR TOTAL NOTA FISCAL.		

ANEXO I - E TABELA DE CIRURGIA E PORTES

CIRURGIA	ESPEC.	PORTE
FECHAMENTO DE F.O	GERAL	1
ACESSO VENOSO CENTRAL	GERAL	1
AMPUTAÇÃO DE MEMBROS E DEDOS	GERAL	1-2
ANASTOMOSE	GERAL	2
APENDICECTOMIA	GERAL	1
BARTHOLINECTOMIA	GERAL	1
BIÓPSIA	GERAL	1
BIOPSIA DE LINFONODO INGUINAL ESQUERDO	GERAL	1
BIÓPSIAS	GERAL	1
CANTOPLASTIA	GERAL	1
CERVICOTOMIA	GERAL	2
CESAREANA	GERAL	2
CESAREANA EMERGÊNCIAL	GERAL	2
CISTECTOMIA	GERAL	3
CISTORRAFIA	GERAL	1
CISTORRAFIA	GERAL	1
CISTOSTOMIA	GERAL	1
COLECEISTECTOMIA POR VÍDEO	GERAL	2
COLECISTECTOMIA CONVENCIONAL	GERAL	2
COLOCAÇAO DE DRENO DE KHER	GERAL	1
COLOSTOMIA	GERAL	2
COLPOPERINEOPLASTIA	GERAL	1
CORREÇÃO DE GASTROQUISE	GERAL	2
CORREÇÃO DE HIPOSPÁDIA(1º E 2º)	GERAL	1
CURATIVO DE QUEIMADO	GERAL	1-2
CURATIVOS CIRÚRGICOS	GERAL	1
CURETAGEM UTERINA	GERAL	1
DEBRIDAMENTO CIRURGICO	GERAL	1
DEBRIDAMENTO CIRURGICO DE ULCERA EM REGIAO SACRAL	GERAL	1
DISSECÇÃO DE ACESSO PROFUNDO	GERAL	1
DRENAGEM DE ABSCESSO	GERAL	1

DRENAGEM DE ABSCESSO NO DORSO	GERAL	1
DRENAGEM DE ABSCESSO PELVICA	GERAL	2
DRENAGEM DE CAVIDADE ABDOMINAL	GERAL	2
DRENAGEM TORACICA	GERAL	1
DRENAGEM TORÁCICA BILATERAL	GERAL	1
ENTERECTOMIA	GERAL	3
ESPLENECTOMIA	GERAL	3
EXÉRESE DE CISTO BRAQUIAL	GERAL	1
EXÉRESE DE CISTO TIREOGLOSSO	GERAL	2
EXÉRESE DE ENDOMETRIOMA	GERAL	1
EXERESE DE GLÂNDULA AXILAR ACESSORIA	GERAL	1
EXERESE DE TUMOR, NEVUS, CISTOS E LIPOMA	GERAL	1
EXÉSERE DE GLÂNDULA DE BARTHOLINITE	GERAL	1
EXPLORAÇÃO DO COLÉDOCO	GERAL	2
EXTIRPAÇÃO E SUPRESSÃO DE LESÃO DE PELE E TCSC	GERAL	1-2
FASCIOTOMIA	GERAL	1
FECHAMENTO DE FERIDA OPERATÓRIA	GERAL	1
FISTULA ANAL	GERAL	1
FISTULA AXILAR	GERAL	1
FISTULECTOMIA	GERAL	1
FRENO LINGUAL	GERAL	1
GASTRECTOMIA	GERAL	3
HEMORROIDECTOMIA	GERAL	1
HERNIOPLASTIA (Epigastrica, umbilical)	GERAL	1
HERNIOPLASTIA INCISIONAL	GERAL	2
HERNIOPLASTIA B, ESCROTA	GERAL	1
HERNIOPLASTIA INGUINAL	GERAL	2
HERNIOPLASTIA INGUINAL (uni e bilateral)	GERAL	2
HERNIOPLASTIA INGUINAL D e E	GERAL	2
HERNIOPLASTIA INGUINAL ESCROTAL D	GERAL	1
HERNIOPLASTIA RECIDIVANTE	GERAL	1
HERNIORAFIAS	GERAL	1
HERNIORRAFIA EPIGASTRICA	GERAL	1
HIDROCELE	GERAL	1
HIPOSPÁDIA	GERAL	1
HISTERECTOMIA	GERAL	2

HISTERECTOMIA TOTAL	GERAL	2
HISTERECTOMIA VAGINAL	GERAL	2
IMPLANTE DE CATETER DE ACESSO CENTRAL	GERAL	1
JEJUNOSTOMIA	GERAL	1
JEJUNOSTOMIA/ILEOSTOMIA	GERAL	2
LAPAROTOMIA	GERAL	3
LAPAROTOMIA EXPLORADORA	GERAL	1
LAPE/GRAVIDES ECTÓPICA	GERAL	2
LAQUEADURA	GERAL	1
LIPOMAS	GERAL	1
LIPOMECTOMIA	GERAL	1
LISE DE ADERENCIA	GERAL	2
MIOMECTOMIA	GERAL	2
NEFROURECTOMIA	GERAL	2
NODULECTOMIA	GERAL	1
OOFORECTOMIA	GERAL	1
ORQUIDOPEXIA(unilateral, bilateral)	GERAL	1
ORQUIECTOMIA	GERAL	1
ORQUIECTOMIA D	GERAL	1
PARACENTESE	GERAL	1
PARACENTESE ABDOMINAL	GERAL	1
PARTO CESÁREO	GERAL	2
PARTO NORMAL	GERAL	1
PASSAGEM DE SONDA	GERAL	1
PASSAGEM DE SONDA VESICAL	GERAL	1
PERINEOPLASTIA	GERAL	1
POLIDACTILIA	GERAL	1
POSTECTOMIA	GERAL	1
PUNÇÃO DE HEMATOMA	GERAL	1
RAFIA DE LESÃO EXTENSA EM M.I.D	GERAL	1
RECONSTITUIÇÕES CIRÚRGICAS	GERAL	1
RECONSTRUÇÃO DE TRÂNSITO INTESTINAL	GERAL	3
RECONSTRUÇÕES DE LESÕES	GERAL	1-2
RELAPAROTOMIA	GERAL	3
RESSECÇÃO DE CISTO E TUMOR	GERAL	1
RESSECÇAO DE EPIPLON	GERAL	2
RESSECÇÃO DE LESÃO DA BOCA	GERAL	1
RESSUTURA DE PAREDE	GERAL	1
RETIRADA DE C. ESTRANHO	GERAL	1
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO	GERAL	1

RETIRADA DE TUMOR EM REGIÃO PARIETAL	GERAL	1
RETOSSIGMOIDECTOMIA	GERAL	3
REVISÃO DE HEMOSTASIA	GERAL	1
SALPINGECTOMIA	GERAL	1
SETORECTOMIA	GERAL	1
SINEQUIA UTERINA	GERAL	1
SUTURA EM EXTENSÃO DE PÉ D	GERAL	1
SUTURA EXTENSA	GERAL	1-2
SUTURAS	GERAL	1
TENORRAFIA	GERAL	1
TIREOIDECTOMIA	GERAL	2
TORACOCENTESE	GERAL	1
TORACOCENTESE DE ALÍVIO	GERAL	1
TORACOCENTESE DE DIAGNOSTICO	GERAL	1
TORACOSTOMIA	GERAL	1
TORACOSTOMIA COM DRENAGEM TUBULAR	GERAL	2
TORACOTOMIA	GERAL	1
TORÇÃO TESTICULAR	GERAL	1
TRAQUEOSTOMIA	GERAL	1
TRATAMENTO CIRURGICO DE PERITONITE	GERAL	2
TROCA DE CÂNULA	GERAL	1
TTº COM CIRÚRGIAS MÚLTIPLAS	GERAL	2
TTº CIRURGICO DE HIPERTROFIA DOS P. LÁBIOS	GERAL	1
VARICOCELE	GERAL	1
VASECTOMIA	GERAL	1

LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 038/2021 – CSL/EMSERH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9.367/2021 - EMSERH

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao
Agente de Licitação da EMSERH

LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 038/2021 – CSL/EMSERH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9.367/2021 - EMSERH

OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de saúde, para atender a demanda dos seguintes hospitais: Hospital Regional de Lago da Pedra, Hospital de Caxias – Dr. Everaldo Ferreira Aragão, Hospital Regional de Timon – Alarico Nunes Pacheco e Hospital Regional de Santa Luzia do Paruá.

Prezado Senhor,

A empresa (_____razão social do licitante_____) com endereço na _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ vem, pelo seu representante legal infra-assinado, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF Nº _____, vem apresentar proposta comercial relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma.

Propomos o Valor Total de **R$ _____ (_____)**, para a prestação dos serviços objeto desta licitação, conforme demonstrativo abaixo:

ITEM 01 - SERVIÇO MÉDICO ESPECIALIZADO NA MODALIDADE CIRURGIA GERAL PARA O HOSPITAL REGIONAL DE LAGO DA PEDRA							
	DESCRITIVO	**Nº DE MÉDICOS**	**MÊS**	**Nº DE PLANTÕES**	**PLANTÕES TOTAIS (Nº DE PLANTÕES X Nº DE MÉDICOS)**	**VALOR UNITÁRIO DO PLANTÃO R$**	**VALOR MENSAL R$ (Valor unitário do plantão x plantões totais)**
1.1	Serviço médico especializado modalidade CIRURGIA GERAL. 001 (um) plantonistas 24h, 7 dias por semana. *Realização de atendimento ambulatorial de 320 consultas/mês *Parecer; *Acompanhamento de pacientes na observação; * Assistência ao paciente pós-cirurgia; * Realização de Quantitativo mínimo/mês de cirurgias, assim distribuídas: porte I - 110 porte II - 100 porte III - 15	01	JANEIRO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			FEVEREIRO	28	28	R$ 2.850,00	R$ 79.800,00
			MARÇO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			ABRIL	30	30	R$ 2.850,00	R$ 85.500,00
			MAIO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			JUNHO	30	30	R$ 2.850,00	R$ 85.500,00
			JULHO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			AGOSTO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			SETEMBRO	30	30	R$ 2.850,00	R$ 85.500,00
			OUTUBRO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			NOVEMBRO	30	30	R$ 2.850,00	R$ 85.500,00
			DEZEMBRO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
	VALOR ANUAL DO ITEM 1.1: R$ 1.040.250,00						

	DESCRITIVO	Nº DE MÉDICOS	MÊS	Nº DE PLANTÕES	PLANTÕES TOTAIS (Nº DE PLANTÕES X Nº DE MÉDICOS)	VALOR UNITÁRIO DO PLANTÃO R$	VALOR MENSAL R$ (Valor unitário do plantão x plantões totais)
1.2	Serviço médico especializado modalidade CIRURGIA GERAL. 01(um) plantonista 12h. 7 dias por semana. *Realização de atendimento ambulatorial de 320 consultas/mês *Parecer; *Acompanhamento de pacientes na observação; * Assistência ao paciente pós-cirurgia; * Realização de Quantitativo mínimo/mês de cirurgias, assim distribuídas: porte I - 110 porte II - 100 porte III - 15	01	JANEIRO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
			FEVEREIRO	28	28	R$ 1.425,00	R$ 39.900,00
			MARÇO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
			ABRIL	30	30	R$ 1.425,00	R$ 42.750,00
			MAIO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
			JUNHO	30	30	R$ 1.425,00	R$ 42.750,00
			JULHO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
			AGOSTO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
			SETEMBRO	30	30	R$ 1.425,00	R$ 42.750,00
			OUTUBRO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
			NOVEMBRO	30	30	R$ 1.425,00	R$ 42.750,00
			DEZEMBRO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
VALOR ANUAL DO ITEM 1.2: R$ 520.125,00							
VALOR TOTAL ESTIMADO DO ITEM 01: R$ 1.560.375,00							

ITEM 02 - SERVIÇO MÉDICO ESPECIALIZADO NA MODALIDADE CIRURGIA GERAL PARA O HOSPITAL DE CAXIAS DR. EVERALDO FERREIRA ARAGÃO							
	DESCRITIVO	**Nº DE MÉDICOS**	**MÊS**	**Nº DE PLANTÕES**	**PLANTÕES TOTAIS (Nº DE PLANTÕES X Nº DE MÉDICOS)**	**VALOR UNITÁRIO DO PLANTÃO R$**	**VALOR MENSAL R$ (Valor unitário do plantão x plantões totais)**
2.1	Serviço médico especializado modalidade CIRURGIA GERAL. 001 (um) plantonistas 24h, 7 dias por semana. *Realização de atendimento ambulatorial de 320 consultas/mês *Parecer; *Acompanhamento de pacientes na observação; * Assistência ao paciente pós-cirurgia; * Realização de Quantitativo mínimo/mês de cirurgias, assim distribuídas: porte I - 110 porte II - 100 porte III - 15	01	JANEIRO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			FEVEREIRO	28	28	R$ 2.850,00	R$ 79.800,00
			MARÇO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			ABRIL	30	30	R$ 2.850,00	R$ 85.500,00
			MAIO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			JUNHO	30	30	R$ 2.850,00	R$ 85.500,00
			JULHO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			AGOSTO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			SETEMBRO	30	30	R$ 2.850,00	R$ 85.500,00
			OUTUBRO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			NOVEMBRO	30	30	R$ 2.850,00	R$ 85.500,00
			DEZEMBRO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
	VALOR ANUAL DO ITEM 2.1: R$ 1.040.250,00						

	DESCRITIVO	Nº DE MÉDICOS	MÊS	Nº DE PLANTÕES	PLANTÕES TOTAIS (Nº DE PLANTÕES X Nº DE MÉDICOS)	VALOR UNITÁRIO DO PLANTÃO R$	VALOR MENSAL R$ (Valor unitário do plantão x plantões totais)
2.2	Serviço médico especializado modalidade CIRURGIA GERAL. 01(um) plantonista 12h. 7 dias por semana. *Realização de atendimento ambulatorial de 320 consultas/mês *Parecer; *Acompanhamento de pacientes na observação; * Assistência ao paciente pós-cirurgia; * Realização de Quantitativo mínimo/mês de cirurgias, assim distribuídas: porte I - 110 porte II - 100 porte III - 15	01	JANEIRO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
			FEVEREIRO	28	28	R$ 1.425,00	R$ 39.900,00
			MARÇO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
			ABRIL	30	30	R$ 1.425,00	R$ 42.750,00
			MAIO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
			JUNHO	30	30	R$ 1.425,00	R$ 42.750,00
			JULHO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
			AGOSTO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
			SETEMBRO	30	30	R$ 1.425,00	R$ 42.750,00
			OUTUBRO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
			NOVEMBRO	30	30	R$ 1.425,00	R$ 42.750,00
			DEZEMBRO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
VALOR ANUAL DO ITEM 2.2: R$ 520.125,00							
VALOR TOTAL ESTIMADO DO ITEM 02: R$ 1.560.375,00							

ITEM 03 - SERVIÇO MÉDICO ESPECIALIZADO NA MODALIDADE CIRURGIA GERAL PARA O HOSPITAL REGIONAL DE TIMON ALARICO NUNES PACHECO							
	DESCRITIVO	**Nº DE MÉDICOS**	**MÊS**	**Nº DE PLANTÕES**	**PLANTÕES TOTAIS (Nº DE PLANTÕES X Nº DE MÉDICOS)**	**VALOR UNITÁRIO DO PLANTÃO R$**	**VALOR MENSAL R$ (Valor unitário do plantão x plantões totais)**
3.1	Serviço médico especializado modalidade CIRURGIA GERAL. 001 (um) plantonistas 24h, 7 dias por semana. *Realização de atendimento ambulatorial de 320 consultas/mês *Parecer; *Acompanhamento de pacientes na observação; * Assistência ao paciente pós-cirurgia; * Realização de Quantitativo mínimo/mês de cirurgias, assim distribuídas: porte I - 110 porte II - 100 porte III - 15	01	JANEIRO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			FEVEREIRO	28	28	R$ 2.850,00	R$ 79.800,00
			MARÇO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			ABRIL	30	30	R$ 2.850,00	R$ 85.500,00
			MAIO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			JUNHO	30	30	R$ 2.850,00	R$ 85.500,00
			JULHO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			AGOSTO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			SETEMBRO	30	30	R$ 2.850,00	R$ 85.500,00
			OUTUBRO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			NOVEMBRO	30	30	R$ 2.850,00	R$ 85.500,00
			DEZEMBRO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
	VALOR ANUAL DO ITEM 3.1: R$ 1.040.250,00						

	DESCRITIVO	Nº DE MÉDICOS	MÊS	Nº DE PLANTÕES	PLANTÕES TOTAIS (Nº DE PLANTÕES X Nº DE MÉDICOS)	VALOR UNITÁRIO DO PLANTÃO R$	VALOR MENSAL R$ (Valor unitário do plantão x plantões totais)
3.2	Serviço médico especializado modalidade CIRURGIA GERAL. 01(um) plantonista. 22 plantões de 12h. De segunda a sexta-feira. *Realização de atendimento ambulatorial de 320 consultas/mês *Parecer; *Acompanhamento de pacientes na observação; * Assistência ao paciente pós-cirurgia; * Realização de Quantitativo mínimo/mês de cirurgias, assim distribuídas: porte I - 110 porte II - 100 porte III - 15	01	JANEIRO	22	22	R$ 1.425,00	R$31.350,00
			FEVEREIRO	22	22	R$ 1.425,00	R$31.350,00
			MARÇO	22	22	R$ 1.425,00	R$31.350,00
			ABRIL	22	22	R$ 1.425,00	R$31.350,00
			MAIO	22	22	R$ 1.425,00	R$31.350,00
			JUNHO	22	22	R$ 1.425,00	R$31.350,00
			JULHO	22	22	R$ 1.425,00	R$31.350,00
			AGOSTO	22	22	R$ 1.425,00	R$31.350,00
			SETEMBRO	22	22	R$ 1.425,00	R$31.350,00
			OUTUBRO	22	22	R$ 1.425,00	R$31.350,00
			NOVEMBRO	22	22	R$ 1.425,00	R$31.350,00
			DEZEMBRO	22	22	R$ 1.425,00	R$31.350,00
VALOR ANUAL DO ITEM 3.2: R$ 376.200,00							
VALOR TOTAL ESTIMADO DO ITEM 03: R$ 1.416.450,00							

ITEM 04 - SERVIÇO MÉDICO ESPECIALIZADO NA MODALIDADE CIRURGIA GERAL PARA O HOSPITAL REFIONAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ							
	DESCRITIVO	**Nº DE MÉDICOS**	**MÊS**	**Nº DE PLANTÕES**	**PLANTÕES TOTAIS (Nº DE PLANTÕES X Nº DE MÉDICOS)**	**VALOR UNITÁRIO DO PLANTÃO R$**	**VALOR MENSAL R$ (Valor unitário do plantão x plantões totais)**
4.1	Serviço médico especializado modalidade CIRURGIA GERAL. 001 (um) plantonistas 24h, 7 dias por semana. *Realização de atendimento ambulatorial de 320 consultas/mês *Parecer; *Acompanhamento de pacientes na observação; * Assistência ao paciente pós-cirurgia; * Realização de Quantitativo mínimo/mês de cirurgias, assim distribuídas: porte I - 110 / porte II - 100 / porte III - 15	01	JANEIRO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			FEVEREIRO	28	28	R$ 2.850,00	R$ 79.800,00
			MARÇO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			ABRIL	30	30	R$ 2.850,00	R$ 85.500,00
			MAIO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			JUNHO	30	30	R$ 2.850,00	R$ 85.500,00
			JULHO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			AGOSTO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			SETEMBRO	30	30	R$ 2.850,00	R$ 85.500,00
			OUTUBRO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
			NOVEMBRO	30	30	R$ 2.850,00	R$ 85.500,00
			DEZEMBRO	31	31	R$ 2.850,00	R$ 88.350,00
	VALOR ANUAL DO ITEM 4.1: R$ 1.040.250,00						

	DESCRITIVO	Nº DE MÉDICOS	MÊS	Nº DE PLANTÕES	PLANTÕES TOTAIS (Nº DE PLANTÕES X Nº DE MÉDICOS)	VALOR UNITÁRIO DO PLANTÃO R$	VALOR MENSAL R$ (Valor unitário do plantão x plantões totais)
4.2	Serviço médico especializado modalidade CIRURGIA GERAL. 01(um) plantonista 12h. 7 dias por semana. Realização de atendimento ambulatorial de 320 consultas/mês *Parecer; *Acompanhamento de pacientes na observação; * Assistência ao paciente pós-cirurgia; * Realização de Quantitativo mínimo/mês de cirurgias, assim distribuídas: porte I - 110 / porte II - 100 / porte III - 15	01	JANEIRO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
			FEVEREIRO	28	28	R$ 1.425,00	R$ 39.900,00
			MARÇO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
			ABRIL	30	30	R$ 1.425,00	R$ 42.750,00
			MAIO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
			JUNHO	30	30	R$ 1.425,00	R$ 42.750,00
			JULHO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
			AGOSTO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
			SETEMBRO	30	30	R$ 1.425,00	R$ 42.750,00
			OUTUBRO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
			NOVEMBRO	30	30	R$ 1.425,00	R$ 42.750,00
			DEZEMBRO	31	31	R$ 1.425,00	R$ 44.175,00
VALOR ANUAL DO ITEM 4.2: R$ 520.125,00							
VALOR TOTAL ESTIMADO DO ITEM 04: R$ 1.560.375,00							

Nome completo do responsável pela assinatura do Contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

Dados Bancários: Banco XXXXXXXX, Agência n° XXXXX e Conta Corrente nº XX.XXX-XX.
Contatos: telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail).

Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Licitação Eletrônica.

Local e data.

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura
e a devida identificação e qualificação)

Obs.: Modelo de proposta a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante

LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 038/2021 – CSL/EMSERH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9.367/2021 - EMSERH

ANEXO III

DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

Ao
Agente de Licitação da EMSERH

Ref.: LICITAÇÃO ELETRÔNICA N° 038/2021 – CSL/EMSERH

Processo Administrativo n° 9.367/2021 – EMSERH

A empresa **(razão social do licitante)** com endereço na _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ vem, pelo seu representante legal infra-assinado, _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF Nº _____:

➢ DECLARA sob as penalidades da Lei o cumprimento ao disposto no art. 60, §2°, alínea "c" do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, em conformidade com o Edital, que cumpre plenamente os requisitos para Habilitação na licitação em referência, estando, portanto, apto a participar do certame licitatório;

➢ DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal de 1988, que não emprega menores com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: Caso empregue menor na condição de "menor aprendiz" preencher a ressalva abaixo:

RESSALVA: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. ☐

➢ DECLARA sob as penas da lei e do art. 60, §2º, VIII, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, **COMPROVAR A EXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS CONSTANTES EM SUA PROPOSTA**, nos termos do Edital;

➢ DECLARA sob as penas da lei, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso art. 60, § 2°, inciso I, alínea "d" do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH;

➢ DECLARA, sob as penas da **Lei nº 6.938/1981**, na qualidade de proponente do procedimento licitatório em referência, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente. Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do

cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da **Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010**, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no **Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA**. Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente;

➢ DECLARA que o **REGIME TRIBUTÁRIO** da licitante é:

☐ Simples Nacional;

☐ Lucro Real;

☐ Lucro Presumido;

☐ Outro:_____.

➢ DECLARA que a licitante é **ENQUADRADA** como:

☐ Microempreendedor Individual (MEI);

☐ Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 14 da Lei Estadual nº 10.403/2015;

☐ Cooperativa (COOP), somente as de consumo, em conformidade com o art. 3º, § 4º, inciso VI da Lei Complementar nº 123/2006;

☐ Normal.

➢ ***DECLARA que a licitante (Pessoa Jurídica) possui como Sócio(s) Majoritário(s) o(s) Sr(s). _____, inscrito sob o CPF nº _____.***

Declaramos, ainda, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Local e data.

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura
e a devida identificação e qualificação).

Obs.: Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.

LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 038/2021 – CSL/EMSERH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9.367/2021 - EMSERH

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____/20__- GCC/EMSERH
PROCESSO Nº 9367/2021- EMSERH

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH E A EMPRESA _____.

CONTRATANTE: EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH, Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, criada pela Lei Estadual nº 9.732, de 19 de dezembro de 2012, estabelecida nesta Capital do Estado do Maranhão, na Av. Borborema, Qd. nº 16, Casa nº 25, Calhau – CEP: 65.071-360, inscrita no CNPJ sob o nº 18.519.709/0001-63, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **MARCOS ANTONIO DA SILVA GRANDE**, brasileiro, casado, funcionário público, inscrito no CPF sob o nº 746.418.162-04 e portador da Cédula de Identidade nº 062643952017-1 (SSP/PA) e pelo Diretor Financeiro, Sr. **JOSÉ LUCIO CAMPOS REIS**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 146.492.173-34 e portador da Cédula de Identidade nº 053791912014-5 (SSP/MA).

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº _____, sediada à Rua _____, CEP: _____ neste ato representada pelo Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº_____.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e por isso resolvem celebrar o presente Contrato, instruído no Processo nº _____/20___- EMSERH com fundamento na modalidade _____, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

Este Contrato tem por objeto, Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Saúde, para atender a demanda dos seguintes Hospitais: **Hospital Regional de Lago da Pedra, Hospital de Caxias- Dr. Everaldo Ferreira Aragão, Hospital Regional de Timon- Alarico Nunes Pacheco e Hospital Regional de Santa Luzia do Paruá,** conforme Termo de Referência e proposta adequada apresentada pela Empresa Contratada (anexa), partes integrantes deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES

2.1 A Contratada deverá executar o presente contrato de acordo com as especificações da proposta apresentada **em anexo**, no que tange às suas características, atualizações e padrões de qualidade, sob pena de rescisão contratual e penalidades cabíveis, devendo seguir as especificações e quantitativos homologados;

2.2. A remuneração da Contratada se dará de acordo com a **demanda e produtividade** equivalente ao período em que os serviços foram prestados, observados ainda todos os requisitos previstos na cláusula do pagamento deste contrato.
2.3. Os profissionais deverão ter disponibilidade para inclusão de vínculo junto ao CNES para a Unidade de Saúde na qual prestarão o serviço;

2.4. A contratada poderá realizar, durante a vigência contratual, até 03 (três) trocas dos profissionais que executarão o serviço. Devendo ser apresentado previamente ao fiscal do contrato as documentações, para análise da habilitação Técnica. Caso aprovado será feita a inclusão no parecer técnico do corpo clínico da empresa.
2.5 Ficam vedadas subcontratações que constituam o objeto fim da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O valor total deste Contrato é de **R$ _____ (_____)**, incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incidentes sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 A vigência do contrato será de **de 12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, desde que a medida seja vantajosa para a EMSERH e respeitado o limite estabelecido no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH.

CLÁUSULA QUINTA – LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Os serviços serão executados nas Unidades de Saúde a seguir:

UNIDADE	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
Hospital Regional de Lago da Pedra	R. Sete de Setembro, Lago da Pedra - MA, 65715-000	Lago da pedra
Hospital de Caxias- Dr. Everaldo Ferreira	BR 316, S/N. CEP: Bairro: Baixa Funda. Cidade: *Caxias*-MA.	Caxias

Aragão		
Hospital Regional de Timon-Alarico Nunes Pacheco	Av. Luís Firmino de Sousa, 2258 - São Benedito, Timon - MA, 65636-340	Timon
Hospital Regional de Santa Luzia do Paruá	Santa Luzia do Paruá - MA, 65272-000	Santa Luzia

5.2O serviço terá início em até ***30 (trinta) dias corridos*** após a assinatura do contrato, mediante Ordem de Serviço emitida pela Contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

6.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte disponibilidade financeira: Unidade Orçamentaria: _____; Unidade: _____; Despesa: _____.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela contratada;

7.2 Receber o objeto deste contrato, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas;

7.3 Rejeitar, no todo ou em parte, o que estiver fora das especificações deste Contrato;

7.4 Efetuar o pagamento da contratada no prazo determinado neste Contrato;

7.5 Notificar à contratada, por escrito, em caso de ocorrência de eventuais deficiências e/ou irregularidades, para tomar todas as providências para a correção, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da solicitação.

7.6 Gerenciar o presente contrato, indicando, sempre que solicitado, o nome da CONTRATADA, o preço e a descrição do (s) objeto (s) contratados (s);

7.7 Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

7.8 A CONTRATANTE poderá fiscalizar, acompanhar e controlar o efetivo serviço prestado no objeto deste certame, com o bom desempenho dos trabalhos.

7.9 A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento, o afastamento dos profissionais que não estejam satisfazendo os requisitos exigidos na execução do objeto, devidamente formalizado e justificado;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Comunicar à contratante a existência de qualquer anormalidade que notar referente ao objeto do contrato;

8.2 Providenciar a correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da solicitação;

8.3 Acatar todas as orientações do setor competente indicado pela contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo aos questionamentos formulados;

8.4 A fiscalização da contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta;

8.5 A Contratada deverá pautar sua atuação, referente à execução do objeto deste contrato, nas diretrizes organizacionais da EMSERH que descreve sua missão, visão e valores, conforme publicado em seu website http://www.emserh.ma.gov.br, **com vistas a contribuir para a qualidade e eficiência no âmbito da Política Estadual de Saúde do Maranhão.** É obrigatório que a contratada tome ciência e oriente seus empregados em manterem comportamento coerente com essas diretrizes**;**

8.6 A CONTRATADA deverá se abster de permitir ou tolerar que seus empregados e trabalhadores prestadores de serviço sejam expostos, direta ou indiretamente, às situações caracterizadoras de assédio moral (situações humilhantes e constrangedoras, decorrentes ou não de discriminação, repetitivas e prolongadas durante jornada de trabalho e no exercício de suas funções).

8.7 Executar os serviços em conformidade com o contrato resultante deste contrato e Termo de Referência, obedecendo rigorosamente o disposto no respectivo edital e seus Anexos, independentemente de transcrição ou anexação;

8.8 Notificar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer alteração na sua razão social ou de seu contrato acionário e de mudança em sua Diretoria, contrato ou estatuto, apresentando no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial e/ou do Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

8.9 Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes, fornecendo as informações ao arquivo médico;

8.10 Responsabilizar-se integralmente pelos seus profissionais, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante toda a vigência do contrato, dentro dos prazos e condições estipulados;

8.11 Providenciar a correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços de modo a evitar qualquer prejuízo à execução do objeto deste contrato e Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento;

8.12 Recrutar e/ou contratar, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, o corpo técnico em quantidade compatível com a perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato

e respectivos Anexos, cabendo-lhe efetuar todas as exigências legais ou regulamentares, fiscais e comerciais;

8.13 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições e qualificações exigidas pela CONTRATANTE para a celebração do contrato;

8.14 A CONTRATADA deverá apresentar previamente à EMSERH, antes do início dos serviços a escala médica dos profissionais que irão executar os serviços na Unidade de Saúde. A escala médica deverá ser composta, obrigatoriamente, pelos profissionais habilitados na análise técnica do certame;

8.15 Caso a escala médica apresentada esteja com os profissionais não habilitados previamente na análise técnica do certame, a contratada será notificada a fim de regularizar imediatamente a escala, sob pena de sanção prevista neste instrumento;

8.16 A CONTRATADA deverá seguir o Código de Ética da CONTRATANTE, bem como as normas administrativas internas;

8.17 Importante ressaltar que segundo o Art. 3º - As empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde com personalidade jurídica de direito privado deverão ser registrados nos Conselhos Regionais de Medicina da jurisdição em que atuarem, nos termos da Lei n.º 6.839, de 30 de outubro de 1980, e Lei nº 9.656, de 3 de julho de 1998;

8.18 Para execução dos serviços, a Empresa contratada deverá disponibilizar recursos humanos próprios em número suficiente para cumprimento das metas exigidas, garantindo todas as necessidades técnicas pertinentes e das condições estabelecidas pela contratante;

8.19 Manter regulamente os serviços solicitados e o número mínimo de profissionais, devendo responsalizar-se por eventuais danos decorrentes de falta de pessoal;

8.20 Caso ocorra a falta do profissional médico no plantão, o mesmo deverá ser substituído por outro profissional da escala médica apresentada de forma imediata, não ultrapassando 2h do início do plantão em questão;

8.21 Os profissionais deverão executar atividades exigidas, por especialidade e descritas no item 3 e realizar a rotina de pequenos procedimentos e intercorrências que venham surgir no decorrer do plantão;

8.22 Obedecer às diretrizes e princípios do SUS que lhes compete, estabelecidos pelo artigo 198 da Constituição Federal e fortalecidos pela Política Nacional de Humanização;

8.23 Efetuar a troca de plantão entre turnos(dia/noite), com o repasse dos pacientes que se encontrarem internados, e os que apresentarem orientação de retorno, com exames ou revisões;

8.24 Registrar a evolução do paciente diariamente no prontuário digital ou eletrônico;

8.25 Na ocorrência, em caráter excepcional, de atraso do plantonista seguinte, o plantonista atual deverá aguardar até a sua chegada;

8.26 É expressamente proibido o abandono do plantão e/ou negligência assistencial às intercorrências durante o seu plantão.

CLÁUSULA NONA – FISCAL DE CONTRATO

9.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor indicado pela EMSERH, que será designado como fiscal pela CONTRATANTE, para exercer essa atribuição em conformidade com os dispositivos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH que forem aplicáveis, bem como com o Manual do Fiscal de Contratos/EMSERH.

9.2 Os servidores designados como fiscais de contrato serão distribuídos entre:

9.2.1 FISCAL ADMINISTRATIVO, que:

a) desempenhará atividade de supervisão administrativa do contrato, repassando as informações da execução para os setores da EMSERH envolvidos na fiscalização. Preferencialmente, possuirá conhecimentos técnicos compatíveis com o objeto da contratação e será ligado ao setor solicitante da contratação. Serão nomeados: fiscal administrativo titular e suplente;

b) emitirá Ordem de Serviço/Fornecimento, dando ciência ao representante da empresa (preposto) sobre as condições de entrega, quantidades e qualidades, sempre por ato formal. Também será responsável pela emissão dos demais instrumentos necessários à comunicação entre as partes, viabilizando a regularidade do fluxo de informações que servirão para compor o Relatório de Acompanhamento e Fiscalização de Contratos.

9.2.2 FISCAL TÉCNICO, que acompanhará diretamente a execução do contrato. Esse fiscal também terá, preferencialmente, conhecimento técnico acerca do objeto contratado, caso isso seja necessário ao pleno exercício da fiscalização. Serão nomeados: fiscal técnico titular e suplente.

9.3 Todos os Fiscais terão prerrogativas e atribuições para exercer, como representantes da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1 Caberá, objetivando restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, conferência e aceite definitivo da Nota Fiscal ou Fatura, **acompanhada da escala correspondente.** Deverão ser observadas, ainda, todas as condições constantes neste contrato, bem como as demais exigências administrativas em vigor;

11.2 O pagamento se dará através de transferência bancária em favor da CONTRATADA:

BANCO: _____ AGÊNCIA: _____ CONTA CORRENTE: _____.

pela Contratante, **em valor correspondente aos serviços prestados no período ao qual se refere**.

11.2.1 Os documentos referidos no subitem 11.1 serão protocolados pela **Contratada** na EMSERH, no mês subsequente ao da execução dos serviços, através de Ofício, endereçado à Contratante, onde devem constar todas as informações necessárias para a sua devida quitação, devendo ainda estar de acordo com as normas fiscais vigentes. As Notas Fiscais, Faturas ou Recibos deverão ser apresentados conforme disposto nesta cláusula, e em todos os casos serão apresentados em **intervalo não inferior a 15 (quinze) dias**;

11.3 A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal, da Fatura ou do Recibo, **e demais documentação necessária ao pagamento**, ou a sua apresentação com incorreções ou ausência de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento pelo mesmo número de dias correspondente ao atraso ou ao tempo necessário à correção das inconsistências verificadas. Nesse caso não caberá à CONTRATADA qualquer acréscimo no valor devido, tendo em vista que a demora se deu por sua única e total responsabilidade;

11.4 A Contratada lançará na Nota Fiscal as especificações dos serviços prestados de modo idêntico àquelas constantes do objeto do Contrato, **em quantidade e valor compatível com o período em que se deu a prestação dos serviços**;

11.5 A Nota Fiscal, a Fatura ou o Recibo, bem como a escala mensal, serão atestados pela Contratante através do fiscal do contrato, observadas as normas contratuais e as administrativas vigentes;

11.6 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar na EMSERH os documentos abaixo relacionados, consoante o disposto na **Portaria nº 90, de 25 de março de 2019 – GAB/EMSERH, veiculada no Diário Oficial do Estado do Maranhão no dia 10 de abril de 2019, em seu caderno executivo:**

11.6.1 Solicitação da Empresa (contendo os dados bancários para pagamento);

11.6.2 Nota Fiscal Eletrônica ou Fatura atestada pelo Fiscal Técnico do Contrato contendo as seguintes informações:

I) No campo das observações, inserir o número do contrato, da Ordem de Fornecimento/Ordem de Serviço e da Unidade de Saúde.

II) No caso de prestação de serviços, também incluir:

a) As retenções na fonte e suas alíquotas;

b) Alíquota do Simples Nacional (ISS);

c) Local da prestação dos Serviços;

d) Código do serviço e sua descrição;

11.6.3 Cópia da Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento;

11.6.4 Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;

11.6.5 Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

11.6.6 Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa Estadual;

11.6.7 Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

11.6.8 Cadastro Estadual de Inadimplente - CEI;

11.6.9 Em casos de empresas sediadas no Estado do Maranhão, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade, ou compatível com o objeto contratual;

11.6.10 Cópia do Contrato e das Publicações do Extrato do Contrato e da Portaria do (s) Fiscais do Contrato no Diário Oficial do Estado (quando houver);

11.6.11 Cópia do Termo de Aditivo (quando houver) e das Publicações do Extrato do Termo Aditivo e da Portaria do(s) Fiscais do Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado;

11.7.12 Os documentos mencionados nos itens 11.7.4 a 11.7.7 podem ser substituídos, total ou parcialmente, por declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), desde que obedecido o disposto no art. 4º do Decreto nº 3.722/2001;

11.8 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

11.9 A CONTRATANTE efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, contribuições sociais e parafiscais, quando a legislação assim exigir;

11.10 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (6 / 100)$$

N = Número de dias entre a data limite previstos para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

11.12 O PROCEDIMENTO PARA O PAGAMENTO SE DARÁ DA SEGUINTE FORMA:

11.12.1 A contratada deverá emitir e enviar os relatórios, constando a produtividade realizada, conforme o anexo D do termo de referência para que seja realizada a análise pela equipe técnica da Contratante, com posterior envio de glosa para a Empresa, caso não atinja a meta estipulada;

11.12.2 A contratada deverá enviar os relatórios de produtividade para análise prévia pelo fiscal administrativo do contrato até o 5° dia útil do mês subsequente. O relatório deverá ser encaminhado para o seguinte e-mail: **servicosmedicos.emserh@gmail.com**, em excel, formato xlsx;

11.12.3 O fiscal administrativo do contrato terá o prazo de 48h para envio da análise dos relatórios à Empresa, conforme modelo, para que esta proceda com o fluxo de emissão da nota fiscal com as devidas glosas, caso haja necessidade;

11.12.4 Em caso de contestação por parte da Empresa, referente ao relatório emitido pelo fiscal administrativo do Contrato, a mesma terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar as contestações e/ou recursos, que deverão ser analisados pelo fiscal administrativo do Contrato em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento;

11.12.5 A contratante deverá apresentar os documentos devidamente atestados, carimbados e assinados pelo Diretor da Unidade e responsável da Empresa, tais como: nota fiscal, relatório de produtividade das cirurgias e pequenos procedimentos e o relatório de produtividade ambulatorial dos serviços prestados.

11.12.6 Para glosa, será considerado a soma dos procedimentos de porte I, II e III mais a produtividade ambulatorial dividida pela quantidade total dos serviços realizados, conforme exemplo:

PRODUTIVIDADE ESTIMADA (MENSAL) (100%)	**PRODUTIVIDADE REALIZADA PELA EMPRESA**	**CÁLCULO DA GLOSA CONFORME TABELA DE (%) ANEXO D**
AMBULATÓRIO: 240 CONSULTAS	**192 CONSULTAS**	**80 (OITENTA) %**
CIRURGIA PORTE I: 110	**99 PORTE I**	**90 (NOVENTA) %**
CIRURGIA PORTE II: 70	**49 PORTE II**	**70 (SETENTA) %**
CIRURGIA PORTE III: 10	**9 PORTE III**	**90 (NOVENTA) %**

CÁLCULO DA GLOSA: 80 (%) + 90 (%) + 70 (%) + 90 (%) / 4 (TOTAL DA PORCENTAGEM DOS SERVIÇOS REALIZADOS) = 330 (%) / 4 = 82,5 %. CONFORME ANEXO C, A GLOSA SERÁ DE 10 % SOBRE O VALOR TOTAL NOTA FISCAL.

11.12.7 O pagamento será referente aos serviços efetivamente realizados, levando-se em consideração os dias do mês da prestação do serviço;
11.12.8 A glosa incidirá sobre o valor total da Nota Fiscal;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO

12.1 Caberá revisão nos preços contratados para mais ou para menos, conforme o caso, quando houver criação, alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

13.1 Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações, em relação ao objeto contratado, a CONTRATANTE poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, cabível nas hipóteses nas quais o descumprimento contratual não cause prejuízo, em qualquer esfera, à EMSERH, e que não seja ensejadora de outra penalidade;

b) Multa de até 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do Contrato, no caso da CONTRATADA não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Ordem de Fornecimento, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

13.2 A multa a que alude o subitem anterior não impede que a EMSERH rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas no Regulamento Interno de Licitação e Contratos da EMSERH;

13.3 As sanções previstas alíneas "a" e 'c" do subitem desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b", do mesmo subitem, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis;

13.4 A sanção prevista na alínea 'c', do item 13.1 deve ser dosada de acordo com o tamanho do prejuízo provocado, e deve ser graduada em branda: 01 (um) a 06 (seis) meses de duração, média: 07 (sete) a 12 (doze) meses de duração e grave: 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) meses de duração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

14.1 A CONTRATADA poderá aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

PARAGRAFO ÚNICO - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA MATRIZ DE RISCOS

15.1 De acordo com a natureza e as características do objeto do contrato, para o qual é **facultativa** a elaboração de matriz de riscos, tal instrumento não integrará a presente relação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTE

16.1 É admitido o reajustamento dos preços dos contratos, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses;

16.2 Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, sendo observada atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

16.3 Os valores dos insumos pactuados somente poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação da proposta;

16.4 Decorrido o prazo estipulado, após solicitação expressa, será aplicado o índice por determinação legal;

16.5 O cálculo do índice atualizará os preços conforme a variação dos últimos 12 (doze) meses, tendo por marco inicial a data limite para apresentação da proposta;

16.6 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data do último reajuste;

16.7 A prorrogação contratual sem prévio pedido de reajuste ratifica todas as cláusulas contratuais, operando-se a preclusão lógica quanto a eventuais pleitos de atualização de preços;

16.8 O reajuste de preços dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a EMSERH, das condições e dos preços contratados;

16.9 Os reajustes serão formalizados por meio de Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizados por aditamento;

16.10 O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1 Constituem motivo para rescisão do contrato, por sua inexecução total ou parcial, desde que de maneira motivada, os seguintes casos:

I - de forma unilateral, após decisão transitada em julgado em processo administrativo onde será garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo assegurados eventuais direitos ao contratado;
II - por acordo entre as partes, desde que conveniente a ambos e não gere prejuízo à EMSERH;

III - por determinação judicial.

Parágrafo único: Constituem motivos para a rescisão contratual, de forma unilateral, dentre outros:

I – o não cumprimento, total ou parcial, das especificações referentes à execução contratual, ou o seu cumprimento irregular;

II – a desobediência dos prazos de execução, inclusive os referentes ao seu início;

III – a suspensão da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação por parte da Contratada;

IV – nas situações que tornam a relação contratual inviável ou indesejável, desde que resultantes de caso fortuito ou força maior, regularmente demonstrado em processo administrativo;

V – subcontratação, cessão ou transferência do objeto contratual não admitidos no edital ou no contrato;

VI – dissolução da sociedade ou falecimento do contratado, bem como decretação de falência ou instauração da insolvência civil da Contratada;

VII – alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, desde que, a nova situação prejudique a execução contratual.

17.2. – Também constituem motivo para rescisão do contrato:

I – assinatura de novo contrato com o mesmo objeto contemplado neste instrumento contratual;

II – a rescisão antecipada ou o término do prazo de vigência (sem prorrogação) do **contrato de gestão** correspondente, devidamente instruída em processo administrativo específico;

III – a modificação do contrato de gestão que resulte na alteração do perfil das unidades de saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

18.1 O presente Contrato poderá ser alterado. As alterações contratuais deverão se dar mediante a celebração de Termo Aditivo, de acordo com a vontade das partes, observadas as disposições previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH. Na hipótese de reajustamento do Contrato e demais alterações contratuais que não constituam modificação da essência da avença, e que não alterem cláusulas essenciais à contratação, devem ser formalizadas por simples apostilamento, restando dispensada a realização de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VINCULAÇÃO

19.1 O presente instrumento de Contrato se vincula integralmente ao instrumento convocatório da licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, bem como ao lance e/ou proposta apresentados pela Contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA HABILITAÇÃO

20.1 A CONTRATADA terá que manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

21.1 Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pelo disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH, na lei, nos princípios de direito administrativo bem como pelos preceitos de direito privado e demais legislação pertinente à matéria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CONSULTA DO CEI

22.1 As realizações de pagamentos e dos eventuais aditamentos a este Contrato feitos em favor da Contratada ficam condicionadas à inexistência de registro junto ao Cadastro Estadual de Inadimplentes do Estado do Maranhão – CEI, consoante determina o art. 6º, da Lei Estadual nº 6.690, datada de 11 de julho de 1996.

PARÁGRAFO ÚNICO: Constatada a existência de registro da Contratada no CEI, a EMSERH não realizará os atos previstos na Cláusula de Pagamento, por força do disposto no **art. 7º, da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.**

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

23.1 O CONTRATANTE providenciará a publicação de forma resumida deste Contrato, na Imprensa Oficial, em obediência ao disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS COMUNICAÇÕES

24.1 Qualquer comunicação entre as partes respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO

25.1 Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro da Comarca da ilha de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 As condições estabelecidas no edital farão parte deste contrato, independentemente de estarem aqui transcritas;

26.2 E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato em 1 (uma) via, perante a presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

26.3 São partes integrantes desse contrato:

- **ANEXO A – Relação dos Profissionais para Escala Médica;**
- **ANEXO B – Tabela de Desconto de Produtividade;**
- **ANEXO C – CIRURGIAS E PORTES**

São Luís (MA), _____ de _____ de 20___.

MARCOS ANTONIO DA SILVA GRANDE

Presidente da EMSERH

JOSÉ LÚCIO CAMPOS REIS

Diretor Financeiro da EMSERH

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Responsável pela Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____